

AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
ATIVO	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Circulante							209.563	332	6.389	51.286	-	267.570
Caixa e equivalentes de caixa	7	59.651	59.973	Receita líquida dos serviços prestados	20	598.307	-	-	-	-	53.483	53.483
Contas a receber de clientes	8	162.619	134.025	Custo dos serviços prestados	21	(428.140)	-	-	-	-	-	-
Tributos a recuperar	9	1.676	11.270	Lucro bruto		170.167	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	26	16.780	17.396	Despesas gerais e administrativas	21	(47.119)	-	-	-	-	-	-
Outros ativos		9.292	5.925	Despesas comerciais	21	(1.757)	-	-	2.674	-	(2.674)	-
Total do ativo circulante		250.018	228.589	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	22	(213)	-	-	-	-	(12.702)	(12.702)
Não circulante				Lucro operacional antes do resultado financeiro		121.078	98.239	-	-	-	38.107	38.107
Realizável a longo prazo				Receitas financeiras	23	8.360	7.513	209.563	332	9.063	89.393	308.351
Tributos a recuperar	9	971	-	Despesas financeiras	23	(29.400)	(23.982)	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais		120	6	Resultado financeiro, líquido		21.040	(16.469)	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	18	16.940	22.458	Lucro antes do IRPJ e da CSLL		100.038	81.770	-	-	-	-	-
Imobilizado	11	92.038	79.667	IRPJ e CSLL correntes	24	(28.624)	(32.674)	-	-	-	-	-
Direito de uso de ativos intangível	12	236.636	235.494	IRPJ e CSLL diferidos	24	(5.519)	4.387	-	-	-	-	-
	10	136.893	136.198	Lucro líquido do exercício		65.895	53.483	209.563	332	12.358	136.343	358.596
		465.567	451.359	Lucro por ação atribuível aos acionistas (em reais)	25	0,14	0,12					
Total do ativo		483.598	473.823									
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		733.616	702.412									
Circulante				DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES								
Fornecedores	13	31.690	43.789	Lucro líquido do exercício		65.895	53.483	100.038	81.770			
Passivo de arrendamento	12	35.690	26.920	Total do resultado abrangente do exercício		65.895	53.483	63.712	47.978			
Salários e encargos sociais	15	23.107	22.286					179	-			
Tributos a pagar	14	9.139	7.320					(20.927)	(1.198)			
Dividendos a pagar	19 e 26	28.352	22.786					(716)	836			
Receita diferida	16	2.567	-					23.395	16.073			
Outros passivos		1	247					(27.878)	(21.920)			
Total do passivo circulante		130.546	123.348					8.623	27.449			
Não circulante								(114)	1.141			
Passivo de arrendamento	12	232.980	233.307					(3.364)	(1.486)			
Receita diferida	16	8.455	12.754					(12.099)	12.509			
Tributos a pagar	14	457	1.143					5.565	(10.536)			
Provisão para contingências	17	2.582	23.609					821	317			
		244.474	270.713					(1.732)	12.754			
Total passivo		375.020	394.061					1.134	(920)			
Patrimônio líquido	19							(249)	(264)			
Capital social		209.563	209.563									
Reserva de capital		332	332									
Reserva legal		12.358	9.063									
Reserva de lucros		136.343	89.393									
Total do patrimônio líquido		358.596	308.351									
Total do passivo e patrimônio líquido		733.616	702.412									

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A AGV Logística S.A. localizada em Vinhedo - SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, inclusive medicamentos de uso veterinário e humano por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de produtos farmacêuticos de uso veterinário e humano, inclusive produtos biológicos; (f) a participação em outras empresas como sócia, quotista ou acionista; (g) a prestação de serviços relativos a embalagens promocionais; (h) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (i) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (j) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. A Companhia é controlada integralmente pela FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda. Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia: Em 24/02/2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países Ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor automotivo brasileiro. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias. Impactos do conflito entre Israel e Hamas para os negócios da Companhia: Em 7 de outubro de 2023, o grupo radical islâmico Hamas, considerado terrorista pelos Estados Unidos e a União Europeia, bombardeou Israel, em um ataque terrorista, deixando centenas de mortos. A região da guerra é a maior produtora de energia do mundo, contendo 48% das reservas conhecidas de petróleo e, no ano passado, foi a origem de 33% do petróleo mundialmente consumido. Num cenário de continuidade do conflito, sem uma escalada, pode ter impacto no preço do petróleo, e, por consequência, nos preços dos combustíveis e na inflação em todo o mundo. A possível elevação do preço do petróleo no mercado internacional pode elevar a inflação no Brasil. A commodity é um dos produtos de maior impacto inflacionário, já que a cadeia produtiva tem o combustível como matéria-prima para o transporte, e, em alguns casos, também para a produção. Até o momento as operações da Companhia não foram significativamente afetadas pelo conflito, contudo a Administração segue acompanhando os desdobramentos da guerra e avaliando potenciais impactos para suas demonstrações financeiras. 2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 25 de abril de 2024. a) Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b) Transações e saldos em moeda estrangeira: As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. 2.2. Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro

luda e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. 2.5. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.6. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos *continuação*

de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme detalhado na nota 8. A estimativa do custo a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. As premissas utilizadas dentro do modelo são: • Probabilidade de não conformidade; • Gravidade da perda; • Taxa de financiamento; • Taxa de recuperação especial; e • Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. O Tesouro FEMSA calcula trimestralmente a taxa de financiamento de cada país, no qual é atualizada no modelo de estimativa de custos incobráveis para determinar o fator de desconto e a gravidade da perda. Desta forma é captado a taxa especial de recuperação, que representa o percentual que a Companhia estima recolher da carteira em atraso com índices de prejuízo, e com base em seu histórico de cobrança de saldos com mais de 150 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao custo amortizado: Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. Para mais informações, vide Nota 12 e 25. Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 2.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: • Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3 • Imobilizado - Nota 2.9 • Ativos intangíveis - Nota 2.8 A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. 2.5. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.6. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos *continuação*

luda e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. 2.4. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. 2.5. Provisões: Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 2.6. Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A Companhia como arrendatário: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos *continuação*

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo uma opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.8. Ativos intangíveis:** a) **Ágio (goodwill):** é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como "Ativo Intangível" nas demonstrações financeiras. Se a adquirente apurar desajuste, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment (Nota 10). b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.9. Imobilizado:** Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Benefícios em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023 e 2022 (anos)
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5

As beneficiárias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguel. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.10. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. IRPJ e CSLL - **correntes:** Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. IRPJ e CSLL correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controla-

AGV Logística S.A.

das, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecimento no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro líquido da mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável e a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.12. Benefícios a empregados:** a) **Participação nos lucros:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) **Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do relatório financeiro. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) **Demais receitas e despesas:** São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.14. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. QIFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro): É uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre

divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurídica das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **2.16. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante; • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de melhorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estivesse prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito. a) **Risco de mercado:** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que ocorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos, e contratando operações de derivativos apenas com instituições avaliadas como financeiramente sólidas. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado

mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). c) **Risco de liquidez:** É o risco de que a Companhia não disponha de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. d) **Risco de liquidez:** Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de Entre um e Acima de		
	um ano	dois anos	dois anos
Fornecedores	31.690	-	-
Passivo de arrendamento	35.690	58.467	303.953
	67.380	58.467	303.953

	Menos de Entre um e Acima de		
	um ano	dois anos	dois anos
Fornecedores	43.789	-	-
Passivo de arrendamento	48.825	46.298	286.011
	92.614	46.298	286.011

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

Hierarquia	2023		2022	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	59.651	59.651	59.973
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	162.619	162.619	134.025
Partes relacionadas (Nota 26)	Nível 2	16.780	16.780	17.396
Outros ativos	Nível 2	9.292	9.292	5.924
		248.342	248.342	217.318
		2023	2022	
Passivos				
Fornecedores	Nível 2	31.690	31.690	43.789
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	268.670	268.670	260.227
Dividendos a pagar	Nível 2	28.352	28.352	22.786
Receita diferida	Nível 2	11.022	11.022	12.754
Outros passivos	Nível 2	1	1	247
		339.735	339.735	339.803

5. Instrumentos financeiros por categoria:			
Ativos financeiros		2023	2022
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)		59.651	59.973
Ativos ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes (Nota 8)		162.619	134.025
Partes relacionadas (Nota 26)		16.780	17.396
Outros ativos		9.292	5.924
		248.342	217.318
		2023	2022
Passivos financeiros			
Passivos ao custo amortizado			
Fornecedores		31.690	43.789
Passivo de arrendamento (Nota 12)		268.670	260.227
Dividendos a pagar		28.352	22.786
Receita diferida		11.022	12.754
Outros passivos		1	247
		339.735	339.803

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros:			
Qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:		2023	2022
Contas a receber de clientes			
Contrapartes com classificação externa de crédito		111.816	133.191
A		228	794
B		51.671	1.853
C		163.715	135.838

Risco A - Baixo Risco de Inadimplência: Sacados ("Clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, tratam-se de cliente que tem serviços já realizados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. **Risco B - Médio Risco de Inadimplência:** Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. **Risco C - Alto Risco de Inadimplência:** Sacados que já foram constituídos em PDD e que terão processos judiciais arrolados para tratativas. A qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo foram classificados de acordo com o mapeamento das escalas rating da Fitch. Desta forma, nosso risco se enquadra entre as classificações AAA e A+, onde reflete a menor expectativa de risco de inadimplência.

Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		2023	2022
A+		-	4
A-		-	19.387
B		9.625	40.577
B+		-	3
B-		-	2
		50.026	-
		59.651	59.973

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

AGV Logística S.A.

7. Caixa e equivalentes de caixa: 2023 2022 Recursos em banco e em caixa 7.444 741 Aplicações financeiras de curto prazo 52.207 59.232

Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações comprometidas com taxa média de 65% do CDI e CDBs de liquidez diária com taxa média de 101,5% CDI. (101,5% em 2022)

8. Contas a receber de clientes: 2023 2022 Contas a receber de clientes 163.715 135.837 Provisão para perdas de créditos esperadas (1.096) (1.812)

O prazo médio de recebimento da Companhia é de 71 dias (62 dias em 2022). Em 31/12/2023 a Companhia possuía o cliente MSD que representava mais que 12%, das receitas totais em 31/12/2022 os clientes Zoetis e MSD representavam mais que 9% das receitas totais, cada um. A análise de vencimentos das contas a receber em atraso está apresentada abaixo:

2023 2022 A vencer 148.710 117.245 Vencidos: Até 30 dias 8.268 10.676 De 31 a 60 Dias 3.330 4.619

As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

2023 2022 Provisão constituída durante 2022 16.022 Reversão de provisão para perdas devido ao recebimento (15.186)

10. Intangível:

Relações Contratuais Acordo de não Carreira de Projeto 2023 2022 Ágio Marca com Clientes Competitividade Software Clientes Intangível (a) Total

A amortização dos ativos intangíveis, no montante de R\$ 7.185 em 31/12/2023 (R\$5.822 - 31/12/2022), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R\$1.935 em "Custo dos serviços prestados" (R\$1.210 em 31/12/2022), e (ii) R\$5.250 (R\$4.612 em 31/12/2022) em "Despesas administrativas e comerciais".

11. Imobilizado:

Máquinas e Equipamentos de Beneficiários em 2023 2022 Veículos equipamentos de armazenagem Móveis e utensílios informática e de propriedade de terceiros Outros Total

A despesa de depreciação, no montante de R\$ 56.586 em 31/12/2023 (R\$ 42.140 - 31/12/2022), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: R\$ 55.318 em "Custo dos serviços prestados" (R\$ 41.153 em 31/12/2022), e R\$ 1.268 (R\$ 987 em 31/12/2022) em "Despesas administrativas e comerciais".

12. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamento:

Imóveis Equipamentos Total 2023 2022 Em 31/12/2021 183.272 183.272 Em 31/12/2021, líquido 183.272 183.272

13. Fornecedores:

2023 2022 Fornecedores gastos gerais 20.807 24.740 Fornecedores de transporte - autônomos 660 662

14. Tributos a Pagar:

2023 2022 ICMS Parcelamento 1.143 1.828 COFINS 2.483 1.842

A constituição e a reversão da provisão para perdas das contas a receber foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas" com exceção da Provisão pelo Balanço de abertura no qual foi registrado contra Lucros acumulados. A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9. Tributos a recuperar:

2023 2022 PIS/COFINS - exclusão do ICMS (1) 91 9.534 IRPJ/CSLL/PIS/COFINS - ressarcimento 569 888

(1) A Companhia informa que em 15/03/2017 distribuiu Ação Ordinária objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia obteve o trânsito em julgado em 03/09/2021, diante disto, fez o levantamento dos valores pagos indevidamente no período de 2012 a 2019, apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável e pleiteou seu respectivo ressarcimento. Com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 33.324 em 2021 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros.

O valor principal dos créditos de R\$ 21.235 foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária de R\$ 12.089 foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício. A homologação e habilitação relativo ao crédito foi homologado pela Receita Federal do Brasil em junho de 2021 pelo valor total atualizado de R\$ 33.324 e as projeções da Administração indicam que o valor total será recuperado dentro de 2 anos.

2023 2022 Saldo inicial 123.831 - - - 3.500 3.370 3.668 134.369 Aquisições - - - - 625 - 7.026 7.651

A movimentação líquida da conta de IRPJ e CSLL diferidos é a seguinte: Em 1º/01/2022 18.071 Movimentação de provisões para contingências e diversas 4.387 Em 31/12/2022 22.458

15. Salários e encargos sociais:

2023 2022 Saldo inicial 200.148 - 200.148 Remuneração 82.026 - 82.026

16. Receita diferida: Em 29/07/2022 a Companhia e firmou contrato com um cliente onde ficou acordado entre as partes o recebimento antecipado dos valores relacionados aos investimentos da operação de Consumer e Vision Care. Ambas as operações serão operadas na cidade de Extrema-MG a partir de abril de 2023. Abaixo os valores recebidos a título de reembolso referente aos investimentos iniciais, e que serão apropriados em 5 (cinco) anos conforme contrato:

2023 2022 Saldo inicial 200.148 - 200.148 Remuneração 82.026 - 82.026

17. Provisões para contingências:

2023 2022 Saldo inicial 200.148 - 200.148 Remuneração 82.026 - 82.026

2023 2022 Contingências trabalhistas e previdenciárias 822 1.477 Contingências tributárias e cíveis 1.760 22.032

Saldo em 1º/01/2022 2.582 23.509 Adição 2.521 21.129 23.651

Reversão de provisão 931 2.285 3.216 Depósito Judicial (3.032) (1.382) (4.414)

Em 31/12/2022 1.056 - 1.056 Adição 1.476 22.033 23.509

Reversão de provisão (c) (1.379) (25.094) (26.473) Em 31/12/2023 821 1.761 2.582

(a) Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. (b) Tributárias: referem-se principalmente a: relativos a processos de cobrança de tributos por parte de autoridades fiscais. Cíveis: referem-se basicamente a processos e pedidos de indenizações, ações declaratórias e reparação de danos materiais. (c) Durante o ano de 2023 a administração revisou o critério de reconhecimento de provisão e reverteu a provisão registrada para processos com risco de perda possível, conforme CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - IAS 37. Perdas possíveis não provisionadas: Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, sem mensuração com suficiente segurança, no montante em 31/12/2023 de R\$ 86.734 (R\$ 12.728 em 2022), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Em função da mudança de política da Companhia, parte da provisão dos processos com risco de perda possível que eram provisionados foi revertida. Processo tributário 10830.726211/2018-94 parte União Federal, valor R\$ 44.343, contingência possível, refere-se: terço de férias / demais verbas. Além de haver robusta prova documental de que os créditos fazem referência ao pagamentos classificados como "terço de férias", "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente", "aviso prévio indenizado" e "retenções na cessão de mão-de-obra", a jurisprudência (i) está pacificada, de forma favorável, em relação à não tributação dos "15 primeiros dias de afastamento por doença ou acidente" e do "aviso prévio indenizado", (ii) está consolidada, de forma favorável, em relação à não tributação do "terço de férias" e (iii) está consolidada, de forma favorável, de que a imposição de retificação das GFIPs para reconhecimento dos créditos é ilegal. Por fim, a compensação dos créditos da retenção previdenciária incidente sobre as notas de prestação de serviços decorre de expressa previsão em lei. Processo tributário 1008626-02.2018.8.26.0053, parte SEFAZ SP, valor R\$ 17.029, contingência possível, trata-se de Ação Anulatória visando ao cancelamento dos débitos de ICMS objeto do Auto de Infração nº 4.096.830-3. A autuação fiscal visa à cobrança de débitos de ICMS referentes ao período de 2012, 2013 e janeiro/2014, sob o argumento de que a Empresa teria se apropriado indevidamente de créditos do imposto destacado nas notas fiscais de remessa simbólica de produtos emitidas por contribuintes localizados em outras Unidades da Federação. CDA nº 1265142955 AUM nº 40968303 em discussão na execução fiscal nº 1500608-23.2019.8.26.0659. Efeito decisão da decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada: Em decisão tomada no dia 8 de fevereiro de 2022, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre suas demonstrações financeiras.

18. IRPJ e CSLL diferidos: Os saldos de IRPJ e CSLL ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

2023 2022 Ativo de IRPJ e CSLL diferidos 16.940 22.458 Provisões para perdas, contingências e diversas 16.940 22.458

2024 5.140 2025 2.553 2026 2.553 2027 em diante 6.694 16.940

19. Patrimônio líquido:

a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2022 e 2021 é de R\$209.563, dividido em 481.017 milhões de ações ordinárias e 1.171 milhões de ações preferenciais. Em 07/03/2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$22.000 (vinte e dois milhões de reais), mediante a emissão de 22.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, nesta mesma data, em moeda corrente nacional. Em 07/04/2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 8.000, mediante a emissão de 8.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, nesta mesma data, em moeda corrente nacional. No dia 01/05/2020, foi transferida para a Companhia a carteira de clientes da FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda., conforme Nota 10, gerando um aumento de capital de R\$ 6.580, mediante a emissão de 6.580.176 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, nesta mesma data, em moeda corrente nacional. Em 04/12/2020, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, nesta mesma data, em moeda corrente nacional. A distribuição das ações representativas do capital social da Companhia, está demonstrada abaixo:

2023 2022 FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda 482.188.111 482.188.111

Total de ações ordinárias e preferenciais 482.188.111 482.188.111

b) Reservas de lucros: Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. Reserva de capital: Refere-se a avaliação a valor justo das ações da Companhia emitidas no momento da aquisição da Companhia com os acionistas não controladores. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal. No exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral da Companhia poderá destinar o excesso à constituição de lucros a realizar e o eventual saldo terá a destinação que lhe for dada pela Assembleia Geral, observadas as prescrições legais, sendo que qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá

ser prevista em orçamento de capital previamente aprovado pelo Conselho de Administração, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Caso o saldo da reserva de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará acerca do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos. Mediante deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria poderá levantar balanço semestral e declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes, com base no último balanço anual ou semestral. Durante o exercício findo em 31/12/2023 foram propostos R\$ 15.650 como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia (R\$ 12.702 em 2022).

2023 2022 Lucro líquido do exercício 65.895 53.483 (-) Reserva legal (5%) (3.295) (2.674)

Base de cálculo 62.600 50.809 Dividendos mínimos obrigatórios (25%) 15.650 12.702

Dividendos 15.650 12.702 (a) Em 31/12/2022 tínhamos o saldo de 10.083 de saldo referente distribuição de dividendos de 2021 que foram pagos no decorrer de 2023. (b) Em 31/12/2022 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos de exercício no montante total de R\$ 12.702. (c) Em 31/12/2023 os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos de exercício no montante total de R\$ 15.650. 20. Receita líquida dos serviços prestados: A reconciliação desagregada da receita bruta para a receita líquida dos serviços prestados é como segue:

2023 2022 Receita bruta 411.041 298.958

Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos (52.653) (59.039) (111.692) Receita líquida dos serviços prestados 358.388 239.919 598.307

2023 2022 Armazenagem 366.234 302.151

Transporte 302.151 668.385 Receita bruta 411.041 298.958

Impostos sobre venda, devoluções e abatimentos (47.983) (59.174) (107.157) Receita líquida dos serviços prestados 318.251 242.977 561.228

21. Abertura dos custos e despesas por natureza:

2023 2022 Custo de fretes terceirizados (160.270) (172.039) Depreciação e amortização (63.712) (47.978)

Despesa com pessoal (187.138) (159.124) Despesa com utilidades (35.112) (27.792) Serviço de terceiros (25.375) (22.268)

Despesas processuais (622) (646) Insumos (18.476) (22.749) Outras despesas 18.245 (6.299)

Seguros (4.556) (5.515) (477.016) (464.410) Custo dos serviços prestados (428.140) (426.303)

Despesas gerais e administrativas (47.119) (36.570) Despesas comerciais (1.757) (1.537) (477.016) (464.410)

22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

2023 2022 Resultado da venda de ativo imobilizado 29 32 Recuperação de despesas (660) (9) Outras despesas operacionais (213) 1.421

23. Resultado financeiro:

2023 2022 IOF (354) (693) Juros com empréstimos bancários - (1.730) Juros sobre contas a pagar (2.168) (275)

Juros sobre contingência (1.736) (502) Juros sobre arrendamento (24.489) (19.954) Outras despesas financeiras (653) (828)

Despesas financeiras (29.400) (23.982) Descontos obtidos 75 20 Juros ativos 1.632 3.669

Rendimento de aplicações financeiras, líquido 7.061 4.192 PIS e COFINS sobre receitas financeiras (408) (368) Receitas financeiras 8.360 7.513

Resultado financeiro, líquido (21.040) (16.469) 24. Despesa de IRPJ e CSLL: O imposto sobre o resultado da Companhia, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos resultados das entidades consolidadas antes do IRPJ e da CSLL, como segue:

2023 2022 Lucro antes do IRPJ e da CSLL 100.038 81.770

Imposto calculado à alíquota nominal (34%) (34.013) (27.802) Adições e exclusões permanentes (408) (1.194) Outros 278 709

Despesa de IRPJ e CSLL (34.143) (28.287) IRPJ e CSLL corrente (28.624) (28.674) IRPJ e CSLL diferido (5.519) 4.387

(34.143) (28.287) Alíquota efetiva 34% 34%

25. Resultado por ação: Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o período. Dessa forma, apresenta abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada, visto que não há diferença entre eles:

2023 2022 Lucro atribuível aos acionistas da Companhia 65.895 53.483

Média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais (milhares) 482.188 482.188 Lucro por ação (básico e diluído) em R\$ 0,14 0,12

26. Transações com partes relacionadas:

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

2023 2022 Salários e outros benefícios de curto prazo 300 2.403

b) Empréstimos a receber de partes relacionadas: 2023 2022 3PL Brasil Logística S.A. 16.780 17.396

Em 23/03/2019, a Companhia e a 3PL Brasil Logística S.A., celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento inicial em 23/11/2019 e possui incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês, os quais são pagos mensalmente. Resolvem as partes alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 4º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 29/08/2019, a Companhia e a 3PL Brasil Logística S.A., celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento em 31/12/2020 e possui incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês, os quais são pagos mensalmente. Resolvem as partes alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 3º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 31/12/2023 o montante a receber era de R\$ 16.780, foram provisionados R\$ 1.094 de juros conforme contrato. As despesas compartilhadas são cobradas

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



AGV Logística S.A.

mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. A movimentação com empréstimos a partes relacionadas está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Cost		
Em 1º/01/2022	13.884	2.418
(+) Provisão de juros	1.094	-
Em 31/12/2022	14.978	2.418
(+) Provisão de juros	1.094	-
(-) Recebimento	-	(1.710)
Em 31/12/2023	16.072	708

c) Saldos a receber de alienação do investimento:

	2023	2022
3PLBrasil Logística S.A.(a)	272	272
	272	272

(a) Saldos divulgados na rubrica de outros ativos no ativo circulante.

d) Dividendos a pagar:

	2023	2022
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda	28.352	22.786
	28.352	22.786

27. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31/12/2023 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia. **28. Eventos subsequentes:** Em 2024 tivemos uma atualização abrangente sobre o andamento do processo de desinvestimento da FEMSA nos ativos AGV, 3PL e FL Holding, destacando os marcos sig-

nificativos até o momento: **Buyer Due Diligence:** Concluímos com sucesso o processo de Buyer Due Diligence, assegurando uma análise abrangente de nossa empresa. **Recebimento de Propostas:** Após a conclusão do processo de buyer due diligence, recebemos propostas não vinculantes do mercado, demonstrando um interesse substancial em nossa organização. **Seleção de Players para Short List:** Com base nas propostas recebidas, identificamos e selecionamos os players que avançaram para a etapa do short list, demonstrando compatibilidade com nossos objetivos estratégicos. **Abertura do Data Room:** Em um esforço de transparência e facilitação do processo de análise, disponibilizamos o Data Room para os players selecionados realizarem análises iniciais de nossa documentação. **Site Visits e Management Presentations:** Atualmente, estamos na fase crucial dos site visits, proporcionando aos potenciais compradores uma visão mais aprofundada de nossas instalações e operações. Além disso, estamos conduzindo apresentações de gestão para oferecer uma compreensão mais completa de nossa equipe e estratégias. Os nomes dos potenciais compradores serão mantidos em sigilo por força de NDA. A Administração seguirá acompanhando os desdobramentos desse anúncio, contudo até o encerramento dessas demonstrações financeiras nenhum impacto foi observado para a Companhia.

DIRETORIA	
Newton Marcelo Ferreira Andrade	
Matheus Trinca Fernandes	
CONTADOR	
Fabio Soares de Oliveira	
CRC nº 1SP254004/O-5	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **AGV Logística S.A.**, Vinhedo – SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AGV Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da**

diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de abril de 2024.

	Ernst & Young Auditores Independentes CRC - SP-027623/F	Cristiane Cléria S. Hilario Sócia-Contadora CRC - SP-243766/O
--	--	--

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



3PL Brasil Logística S.A.

CNPJ/MF nº 23.429.671/0001-78

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Nota	2023	2022	Nota	2023	2022	Capital social	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Ativo												
Circulante												
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.245	15.387	19	227.202	207.100	71.138	468	471	1.686	-	73.763
Contas a receber de clientes	8	58.656	57.210	20	(200.679)	(183.626)	-	-	-	-	4.615	4.615
Tributos a recuperar	9	290	428		26.523	23.474	-	-	-	-	-	-
Outros ativos		3.136	3.053		(9.250)	(7.415)	-	-	230	-	(230)	-
		79.327	76.078		(874)	(1.050)	-	-	-	-	(1.096)	(1.096)
Não circulante				21	(172)	282	-	-	-	-	3.289	3.289
Depósitos judiciais		13	34		16.227	15.291	71.138	468	701	4.975	-	77.282
IRPJ e CSLL diferidos	17	5.401	6.265		1.742	1.973	-	-	-	-	5.067	5.067
		5.414	6.299		(7.803)	(8.761)	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	11	26.816	26.271		(6.061)	(6.788)	-	-	253	-	(253)	-
Direito de uso de ativos intangível	12	60.417	79.280		10.166	8.503	-	-	-	-	(1.204)	(1.204)
	10	23.790	23.443		(4.235)	(4.267)	-	-	-	-	(3.610)	(3.610)
		111.023	128.994		(864)	(379)	71.138	468	954	8.585	-	81.145
		116.437	135.293		5.067	4.615	-	-	-	-	-	-
Total do ativo		195.764	211.371	24	0,08	0,07	-	-	-	-	-	-
Passivo												
Circulante												
Fornecedores	13	9.631	10.205		2023	2022	10.166	8.503	-	-	-	-
Passivo de arrendamento	12	29.479	29.216		5.067	4.615	39.425	36.179	-	-	-	-
Salários e encargos sociais	14	11.328	11.021		5.067	4.615	209	20	-	-	-	-
Tributos a pagar	15	2.773	2.487		5.067	4.615	(264)	38	-	-	-	-
Partes relacionadas	25	16.780	17.488		-	-	209	20	-	-	-	-
Dividendos a pagar	4	2.300	1.096		-	-	(264)	38	-	-	-	-
Outros passivos		3.364	3.360		-	-	(80)	199	-	-	-	-
		75.655	74.873		-	-	7.417	7.325	-	-	-	-
Não circulante												
Passivo de arrendamento	12	38.548	58.339		-	-	(1.366)	(10.815)	-	-	-	-
Tributos a pagar	15	132	329		-	-	138	1.934	-	-	-	-
Provisão para contingências	16	284	548		-	-	21	(2)	-	-	-	-
		38.964	59.216		-	-	(83)	234	-	-	-	-
Total do passivo		114.619	134.089		-	-	(574)	1.031	-	-	-	-
Patrimônio líquido	18						1.204	318	-	-	-	-
Capital social		71.138	71.138				307	1.272	-	-	-	-
Reserva de capital		468	468				89	(512)	-	-	-	-
Reserva legal		954	701				3	294	-	-	-	-
Reserva de lucros		3.518	360				(6.414)	(4.901)	-	-	-	-
Lucros acumulados		5.067	4.615				-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		81.145	77.282				-	-	-	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		195.764	211.371				-	-	-	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações gerais: A 3PL Logística S.A. constituída em 07/10/2015, (individualmente denominada de "Companhia" ou "3PL"), localizada em Cajamar - SP, é uma Companhia de capital fechado voltada à operação logística, sendo que as atividades preponderantemente desenvolvidas são: (a) a guarda e conservação de mercadorias; (b) a armazenagem geral de mercadorias; (c) a prestação de serviços de logística, consistentes no planejamento e realização de transporte e distribuição das mercadorias sob sua guarda; (d) a prestação de serviços de transporte de mercadorias, por via terrestre, aérea, ferroviária, marítima e fluvial, por meio de frota própria ou de terceiros, no território nacional ou no exterior; (e) estocagem de bens de consumo, (f) a prestação de serviços relativo a embalagens promocionais; (g) a locação e sublocação de bens móveis e imóveis; (h) o armazenamento, importação, exportação e comércio de embalagens, gases e insumos diversos; e (i) a industrialização e empacotamento por conta de terceiros. Em 27/12/2019, houve o fechamento da operação de compra e venda da totalidade das ações da Companhia, onde a FL Brasil Holding, Logística e Transportes Ltda. passou a deter o controle acionário desta. Nesta data também houve um aumento no Capital Social da 3PL Brasil Logística S.A., que restou 100% subscrito e integralizado pela nova Controladora, no montante de R\$18.092 (Nota 18 (a)). **Impactos do conflito e sanções relacionadas à Ucrânia, Rússia e/ou Bielorrússia nos negócios da Companhia:** Em 24/02/2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala contra a Ucrânia, um de seus países vizinhos a sudoeste, marcando uma escalada acentuada para um conflito que começou em 2014. Em contrapartida, os Países ocidentais e outros começaram a impor sanções limitadas à Rússia quando reconheceu a independência da região de Donbas. Com o início dos ataques em 24 de fevereiro, muitos países adicionais começaram a aplicar sanções com o objetivo de paralisar a economia russa. As sanções foram amplas, visando indivíduos, bancos, empresas, trocas monetárias, transferências bancárias, exportações e importações. Como resultado a economia global passou a ser afetada pelo conflito, principalmente nos setores de grãos e gás natural. Até o presente momento o impacto do conflito é mínimo, tendo em vista que seus principais clientes e fornecedores atuam no mercado nacional. Apesar de toda a repercussão mundial e impactos negativos gerais em vários negócios, até o presente momento a guerra não trouxe consequências representativas para o setor automotivo brasileiro. A Administração vem acompanhando sistematicamente esses impactos e vem monitorando os potenciais impactos nas demonstrações financeiras e está preparada para adoção de medidas pontuais, se necessárias. **Impactos do conflito entre Israel e Hamas para os negócios da Companhia:** Em 07/10/2023, o grupo radical islâmico Hamas, considerado terrorista pelos Estados Unidos e a União Europeia, bombardeou Israel, em um ataque terrorista, deixando centenas de mortos. A região da guerra é a maior produtora de energia do mundo, contendo 48% das reservas conhecidas de petróleo e, no ano passado, foi a origem de 33% do petróleo mundialmente consumido. Num cenário de continuidade do conflito, sem uma escalada, pode ter impacto no preço do petróleo, e, por consequência, nos preços dos combustíveis e na inflação em todo o mundo. A possível elevação do preço do petróleo no mercado internacional pode elevar a inflação no Brasil. A commodity é um dos produtos de maior impacto inflacionário, já que a cadeia produtiva tem o combustível como matéria-prima para o transporte, e, em alguns casos, também para a produção. Até o momento as operações da Companhia não foram significativamente afetadas pelo conflito, contudo a Administração segue acompanhando os desdobramentos da guerra e avaliando potenciais impactos para suas demonstrações financeiras. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** **2.1. Base de preparação:** a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação das demonstrações financeiras em 25/04/2024. b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real. Essas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de Reais. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) **Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. **2.3. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicial-

mente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: i) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); iii) Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas e empréstimos a diretores, incluídos em outros ativos financeiros não circulantes. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outros resultados na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento continuado sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: i) Divulgações para premissas significativas; ii) Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; iii) Contas a receber de clientes, incluindo ativos de contrato. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o

ambiente econômico. A Companhia possui política de provisão para perdas esperadas, conforme detalhado na nota 8. A estimativa do custo a receber é calculada sob um modelo de perda esperado que prevê o reconhecimento de perdas ao longo da vida útil do contrato. As premissas utilizadas dentro do modelo são: i) Probabilidade de não conformidade; ii) Gravidade da perda; iii) Taxa de financiamento; iv) Taxa de recuperação especial; e v) Exposição ao não cumprimento do pagamento. Para determinar a perda esperada do período, é incluída uma base de dados histórica de 25 meses de saldos a receber, por segregação da carteira e dos prazos atrasados no período de 30 dias. O Tesouro FEMSA calcula trimestralmente a taxa de financiamento de cada país, no qual é atualizada no modelo de estimativa de contas incobráveis para determinar o fator de desconto e a gravidade da perda. Desta forma é captado a taxa especial de recuperação, que representa o percentual que a Companhia estima recolher da carteira em atraso com indícios de prejuízo, e com base em seu histórico de cobrança de saldos com mais de 150 dias. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) **Passivos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: i) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos) Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contrados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. iii) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **2.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo: i) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Nota 3 i) Imobilizado - Nota 2.10 ii) Ativos intangíveis - Nota 2.9 A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que

não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor. Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que essas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia. **2.6. Provisões:** Geral: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflète, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.7. Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **A Companhia como arrendatária:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Direito de uso de ativos:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia a

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.8. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **2.9. Ativos intangíveis:** a) **Ágio:** O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio das aquisições é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment. Perdas por impairment reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidade Geradora de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment (Nota 10). b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.10. Imobilizado:** Máquinas e equipamentos de armazenagem compreendem principalmente ativos que são utilizados na guarda, conservação e armazenagem das mercadorias objeto da prestação de serviços de armazenagem e logística, os quais estão demonstrados pelo custo histórico de aquisição, menos depreciação acumulada. Beneficiárias em propriedade de terceiros compreendem substancialmente melhorias realizadas em imóveis alugados para atender as necessidades das operações da Companhia, amortizadas linearmente pelo prazo do contrato de aluguel. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	2023 e 2022 (anos)
Máquinas e equipamentos de armazenagem	10
Veículos	4
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática e de telecomunicações	5

As beneficiárias em propriedade de terceiros são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos de aluguel. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas, líquidas" na demonstração do resultado. **2.11. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificáveis como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12. IRPJ e CSLL correntes e diferidos:** IRPJ e CSLL - correntes: Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício. IRPJ e CSLL correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: » Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não afeta uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e » Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as

3PL Brasil Logística S.A.

diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos não reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecimento no resultado. A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro líquido pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável e a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **2.13. Benefícios a empregados:** O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. **2.14. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. a) **Prestação de serviços:** A Companhia presta serviços logísticos integrados compreendendo transporte, armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas em diversos setores da economia, tais como saúde animal, saúde humana, produtos químicos, serviços financeiros, bens de consumo, telecomunicações, eletroeletrônicos, informática, etc. A receita de prestação de serviços de armazenagem, controle e gestão de estoque e desenvolvimento de soluções logísticas é reconhecida no período em que os serviços são prestados, ou seja, é efetuado o levantamento do período efetivo da prestação de serviços independentemente da data de faturamento destes serviços, e a receita é estimada e devidamente reconhecida contabilmente até a data do relatório financeiro. b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. c) **Receitas e despesas:** São reconhecidas observando-se o regime de competência de exercícios. **2.15. Demonstração do fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e reflete as modificações no caixa e equivalentes de caixa que ocorreram nos exercícios apresentados. **2.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciais em, ou após, 01/01/2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro):** É uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 - Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8:** As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2:** As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento

ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia. **Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao IAS 12:** As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória - cujo uso deve ser divulgado - entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 01/01/2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31/12/2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, pois a Companhia não está sujeita às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano. **2.17. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. As seguintes normas foram alteradas, no entanto, não se espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuem cláusulas de opção de renovação ou rescisão (como arrendatário):** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação, considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial, a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). A Companhia incluiu o período de renovação como parte do prazo do arrendamento de instalações e máquinas com um período não cancelável contratual mais curto (os quais variam de três a cinco anos). Historicamente, a Companhia tem exercido a opção de renovação para esses arrendamentos, uma vez que haveria um efeito negativo significativo na produção da Companhia se um ativo equivalente de reposição não estiver prontamente disponível. Os períodos de renovação de arrendamentos de instalações e máquinas com períodos não canceláveis mais longos (os quais variam de 10 a 15 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de veículos não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia procura gerenciar o risco, com relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisados, periodicamente, os limites de crédito. a) **Risco de mercado:** **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros que decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia e suas Controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Os empréstimos da Companhia a taxas fixas e variáveis eram mantidos em reais e referiam-se: (a) a empréstimos de modalidade capital de giro, indexados à variação da CDI. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha, de acordo com limites e ratings previamente estabelecidos. A política de vendas de serviços da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito decorrente de transações com clientes, devido à pulverização dos clientes, é administrado mediante avaliação individualizada dos clientes da Companhia, considerando seu histórico de adimplência, perspectivas

de crescimento da cultura de atuação do cliente e capacidade de pagamento. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além daquelas que foram provisionadas (Nota 8). c) **Risco de liquidez:** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pela Diretoria Financeira. A Diretoria Financeira monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Diretoria Financeira. A tabela abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31/12/2023			
Fornecedores	9.631	-	-
Passivo de arrendamento	33.688	19.623	22.658
Outros passivos	3.364	-	-
Partes relacionadas	16.780	-	-
	63.463	19.623	22.658

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31/12/2022			
Fornecedores	10.205	-	-
Passivo de arrendamento	34.988	30.720	33.711
Outros passivos	3.360	-	-
Partes relacionadas	17.488	-	-
	66.041	30.720	33.711

4.2. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos, de no máximo 45 dias. Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: » Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. » Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). » Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. De acordo com as disposições transitórias do CPC 46 (Mensuração do valor justo) a Companhia aplicou as novas medidas de mensuração do valor justo de forma prospectiva e as mudanças não tiveram impacto significativo nas mensurações dos ativos e passivos da Companhia. A classificação de acordo com a hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo é determinada conforme segue:

		2023	2022
Ativos	Hierarquia contábil	Valor justo	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	Nível 2	17.245	15.387
Contas a receber de clientes (Nota 8)	Nível 2	58.656	57.210
Outros ativos	Nível 2	3.136	3.053
		79.037	75.650
		2023	2022
Passivos	Hierarquia contábil	Valor justo	Valor justo
Fornecedores	Nível 2	9.631	10.205
Passivo de arrendamento (Nota 12)	Nível 2	68.027	87.555
Dividendos a pagar	Nível 2	2.300	1.096
Partes relacionadas	Nível 2	16.780	17.488
Outros passivos	Nível 2	3.364	3.360
		100.102	119.704
		2023	2022

5. Instrumentos financeiros por categoria: **Ativos financeiros** **Ativos ao valor justo por meio do resultado** **Caixa e equivalentes de caixa** **Ativos ao custo amortizado** **Contas a receber de clientes** **Outros ativos** **Passivos financeiros** **Passivos ao custo amortizado** **Fornecedores** **Dividendos a pagar** **Passivo de Arrendamento** **Partes relacionadas** **Outros passivos**

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

	2023	2022
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito:		
A	52.400	56.278
B	1.651	932
C	5.047	522
	59.098	57.732
Risco A - Baixo Risco de Inadimplência: Sacados ("clientes") vinculados a contratos que liquidam regularmente os títulos e não apresentam histórico de inadimplência, trata-se de cliente que tem serviços já performados e estão seguindo o prazo de pagamento para liquidação. Risco B - Médio Risco de Inadimplência: Sacados vinculados a ocorrências de transportes, sem contratos, apenas com apuração dos processos internos de ocorrências, não possuem regularidade de pagamento, geralmente são casos pontuais. Em casos de inadimplência, é realizado encontro de contas dos documentos a pagar futuro ou inicia-se o processo de régua de cobrança. Risco C - Alto Risco de Inadimplência: Sacados que já foram constituídos em PDD e que terão processos judiciais arrolados para tratativas. Conta-corrente e depósitos bancários	2023	2022
de curto prazo		
A+	-	-
A-	-	3
BB-	8.320	5.058
B	-	-
F2	8.925	-
	17.245	5.061

Classificamos a qualidade de crédito para conta corrente e depósitos bancários de curto prazo de acordo com o mapeamento das escalas rating da Fitch. Desta forma, nosso risco se enquadra entre as classificações AAA e BB-, onde reflete a menor expectativa de

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



3PL Brasil Logística S.A.		2023	2022
7. Caixa e equivalentes de caixa:			
Recursos em banco e em caixa		5.064	1.083
Aplicações financeiras de curto prazo		12.181	14.304
		17.245	15.387
Todas as aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em operações compromissadas e CDBs de liquidez diária que rende 101% do CDI (65% em 2021).			
8. Contas a receber de clientes:			
Contas a receber de clientes		59.098	57.732
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(442)	(522)
		58.656	57.210
O prazo médio de recebimento da Companhia é de 57 dias (90 dias em 2022). Em 31/12/2023, três clientes representavam 34% das receitas totais em 31/12/2022, três (3) clientes representavam 31% das receitas totais. A análise de vencimentos do contas a receber em atraso está apresentada abaixo:			
		2023	2022
A vencer		52.383	49.861
Vencidos:			
Até 30 dias		4.356	5.004
De 31 a 60 Dias		1.124	1.729
De 61 a 90 Dias		446	369
De 91 a 120 Dias		201	292
De 121 a 180 Dias		192	221
De 181 a 365 Dias		68	22
Acima 365 dias		328	234
		59.098	57.732
A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. As movimentações na provisão para perdas das contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:			
Em 1º/01/2022		323	
Provisão constituída durante o exercício		(4.554)	
Reversão de provisão para perdas devido recebimento		4.753	
Em 31/12/2022		522	
(+) Provisão constituída durante o exercício		5.619	
(-) Reversão de provisão para perdas devido recebimento		(5.699)	
Em 31/12/2023		442	
9. Tributos a recuperar:			
Contrib. para financiam. da seguridade social – COFINS		25	
IRPJ pessoa jurídica – IRPJ		221	274
Programa de integração social – PIS		-	25
CSLL sobre o lucro – CSLL		48	91
Provisão p perda a recuperar		-	1
INSS a recuperar		21	10
IRPJ retido na fonte – IRRF		-	2
		290	428
10. Intangível:			
Em 31/12/2021		23.105	577
Saldo inicial		-	19
Aquisição		-	(258)
Amortização		23.105	338
		23.105	338
Saldo contábil líquido		23.105	338
Em 31/12/2022		23.105	1.627
Custo		-	(1.289)
Amortização acumulada		23.105	338
Saldo contábil líquido		23.105	338
Em 31/12/2022		23.105	338
Aquisição		-	344
Transferências		-	112
Amortização		-	(240)
Saldo contábil líquido		23.105	554
Em 31/12/2023		23.105	2.083
Custo		-	(1.529)
Amortização acumulada		23.105	554
		23.105	554
A amortização dos ativos intangíveis, no montante de R\$240 em 31 de dezembro 2023 (R\$258 - 31/12/2022), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R\$8 em "Custo dos serviços prestados" (R\$6 em 31/12/2022), e (ii) R\$216 em "Despesas administrativas e comerciais" (R\$252 em 31/12/2022). (a) R\$ 112 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. Em 31/12/2023 e 31/12/2022 a Companhia realizou o teste de verificação de impairment, no qual nenhum ajuste se fez necessário.			
11. Imobilizado:			
		2023	2022
Veículos		190	190
Máquinas e equipamentos de armazenagem		39.854	4.029
Móveis e utensílios		26.110	(2.993)
Equipamento de informática e de telecomunicação		15.538	25.139
Benefeitorias de propriedade de terceiros		(12.000)	(22.471)
Imobilizado em andamento		2.668	2.668
		84.750	(63.736)
Depreciação acumulada		(162)	(162)
Saldo contábil, líquido		28	13.744
Em 31/12/2022		28	13.744
Saldo inicial		130	4.814
Aquisições		-	(842)
Transferência		-	57
Baixas líquidas		(20)	-
Depreciação		(15)	(3.143)
Saldo contábil, líquido		123	14.573
Em 31/12/2023		123	14.573
Saldo inicial		123	14.573
Aquisições		-	1.519
Transferência (a)		-	(78)
Baixas, líquidas		-	(114)
Depreciação		(23)	(3.455)
Saldo contábil, líquido		100	12.445
A despesa de depreciação, no montante de R\$8.028 em 31 de dezembro 2022 (R\$6.217 em 31 de dezembro 2022), foi reconhecida no resultado da seguinte forma: (i) R\$7.382 em "Custo dos serviços prestados" (R\$5.716 em 31/12/2022), e (ii) R\$764 em "Despesas administrativas e comerciais" (R\$501 em 31/12/2022). (a) R\$ 112 transferência de item alocado como ativo imobilizado para intangível em 2023. 12. Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamentos: Em 01/01/2019 a companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16, no qual reclassificou os arrendamentos operacionais de imóveis, equipamentos e veículos para direito de uso de ativos e passivos de arrendamentos, conforme quadros abaixo: Direito de uso de ativos:			
		2023	2022
Em 31/12/2021		92.326	
(+) Adição/Remensuração		17.896	
(-) Baixas		(1.238)	
(-) Amortização		(29.704)	
Em 31/12/2022		79.280	
(+) Adição/Remensuração		12.294	
(-) Amortização		(31.157)	
Em 31/12/2023		60.417	
Passivo de arrendamento:			
		2023	2022
Saldo inicial		87.555	99.587
(+) Adição/Remensuração		12.294	17.896
(-) Pagamento de principal		(31.822)	(29.928)
(-) Pagamento de juros		(6.414)	(6.139)
(+) Provisão de juros		29.479	29.216
Saldo final		68.027	87.555
Circulante		38.548	58.339
Não circulante		29.479	29.216
		68.027	87.555
13. Fornecedores:		2023	2022
Fornecedores gastos gerais		5.528	6.963
Fornecedores de transporte - transportadoras		2.637	1.492
Fornecedores de imobilizados		1.307	1.605
Fornecedores de transporte - autônomos		159	145
		9.631	10.205
14. Salários e encargos sociais:		2023	2022
Provisão para férias		5.217	5.004
Salários a pagar		4.384	4.526
INSS a recolher		613	524
FGTS a recolher		415	379
IRRF a recolher		537	390
Outros		162	198
		11.328	11.021
15. Tributos a pagar:		2023	2022
ICMS		919	1.086
PIS/COFINS		915	811
CPRB		329	310
Outros		519	425
ISS		223	184
CSLL		-	-
		2.905	2.816
15. Tributos a pagar:			
Circulante		2.773	2.487
Não circulante		132	329
		2.905	2.816
16. Provisão para contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos. Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados a contingências:			
		2023	2022
Trabalhistas (a)		284	453
Cível (b)		-	95
		284	548
(a) Trabalhistas: referem-se basicamente a cobrança de horas, adicionais de insalubridade e periculosidade, bem como todos os reflexos, como férias, 13º salário, FGTS. (b) Durante o ano de 2023 a administração revisitou o critério de reconhecimento de provisão e reverteu a provisão registrada para processos com risco de perda possível, conforme CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – IAS 37.			
		2023	2022
Saldo em 1º/01/2022		422	88
Adição		633	10
Reversão de provisão		(602)	(3)
Em 31/12/2022		453	95
Adição		340	15
Reversão de provisão (c)		(509)	(110)
Em 31/12/2023		284	284
Perdas possíveis não provisionadas: Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos com sendo de risco possíveis e remotos, sem mensuração com suficiente segurança, no montante em 31/12/2023 de R\$ 328 (R\$ 95 em 2022), na controladora e no consolidado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Efeito decisão da decisão do Supremo Tribunal Federal – STF sobre a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada: Em decisão tomada no dia 08/02/2022, por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva, a chamada "coisa julgada", sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. A administração avaliou e concluiu que a Companhia não possui processos judiciais que se encaixam na decisão tomada pelo STF, sendo assim, não possui nenhum efeito esperado sobre 17. IRPJ e CSLL diferidos: Os saldos de IRPJ e CSLL ativos e passivos diferidos apresentam-se			
		2023	2022
Trabalhis-tas		422	88
Tributárias		633	10
e Cíveis		(602)	(3)
Total		453	95
		340	15
		(509)	(110)
		284	284
20. Abertura dos custos e despesas por natureza:			
		2023	2022
Custo de fretes terceirizados		(59.147)	(58.486)
Depreciação e amortização		(39.425)	(36.179)
Despesa com pessoal		(78.079)	(64.790)
Despesa com utilidades		(13.196)	(12.137)
Serviço de terceiros		(7.373)	(6.043)
Despesas processuais		(300)	(85)
Insumos		(7.937)	(8.935)
Seguros		(1.307)	(1.392)
Outras receitas/despesas		(4.039)	(4.044)
		(210.803)	(192.091)
Custo dos serviços prestados		(200.679)	(183.626)
Despesas gerais e administrativas		(9.250)	(7.415)
Despesas comerciais		(874)	(1.050)
		(210.803)	(192.091)
21. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:			
		2023	2022
Ganho na venda de ativo imobilizado		25	151
Recuperação de despesa		113	318
Outras receitas (despesas) operacionais		(310)	(188)
		(172)	281
22. Resultado financeiro:			
		2023	2022
IOF		(68)	(105)
Juros com empréstimos		(1.003)	(1.186)
Juros sobre conta a pagar		(145)	(197)
Juros sobre arrendamentos		(6.405)	(7.158)
Outras despesas financeiras		(182)	(115)
Despesa financeira		(7.803)	(8.761)
Descontos obtidos		73	209
Juros ativo		96	178
Rendimento de aplicações financeiras		1.658	1.687
PIS e cofins sobre receitas financeiras		(85)	(101)
Receita financeira		1.742	1.973
Resultado financeiro		(6.061)	(6.788)
23. Despesa de IRPJ e CSLL: O imposto sobre o resultado da Companhia, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos resultados das entidades consolidadas antes do IRPJ e da CSLL, como segue:			
		2023	2022
Lucro antes do IRPJ e CSLL		10.166	8.503
Imposto calculado à alíquota nominal (34%)		(3.456)	(2.891)
Adições permanentes		(554)	(527)
24. Resultado por ação: Básico e diluído: O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício disponível aos acionistas pela quantidade média de ações do exercício; já o resultado por ação diluído é calculado de maneira similar ao resultado básico por ação, exceto pelo fato de que as quantidades de ações em circulação são ajustadas para refletir as ações adicionais que estariam em circulação caso as transações com potencial efeito de diluição tivessem sido emitidas durante o período. Dessa forma, apresenta abaixo o lucro líquido básico e diluído, por ação ponderada, visto que não há diferença entre eles:			
		2023	2022
Arrendamentos		(1.335)	-
Outras		246	(470)
Despesa de IRPJ e CSLL		(5.099)	(3.888)
IRPJ e CSLL corrente		(4.235)	(4.267)
IRPJ e CSLL diferido		(864)	379
		(5.099)	(3.888)
25. Saldos e transações com partes relacionadas: As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: a) Remuneração do pessoal-chave da administração: O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:			
		2023	2022
Salários e outros benefícios de curto prazo		695	1.660
		695	1.660
b) Empréstimos a pagar de partes relacionadas:			
		2023	2022
AGV Logística S.A.		16.780	17.488
		16.780	17.488
Em 23/03/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento inicial em 23/11/2019 e possui incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês, os quais são pagos mensalmente. Resolvem as partes alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 4º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 29/08/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$5.000, com vencimento em 31/12/2021 e possui incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês, os quais são pagos mensalmente. Resolvem as partes alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 3º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 20/12/2019, a Companhia e a AGV Logística S.A. celebraram contrato de mútuo, no montante de R\$2.000, com vencimento em 31/12/2021 e possui incidência de juros remuneratório de 0,76% ao mês, os quais são pagos mensalmente. Resolvem as partes alterar o vencimento para o dia 31/12/2024, conforme 3º aditivo celebrado em 28/12/2023. Em 31/12/2023 o montante total a pagar era de R\$ 16.780, foram provisionados R\$ 1.003 de juros em decorrência do contrato. As despesas compartilhadas são cobradas mensalmente e possuem vencimento no dia 20 do mês subsequente a sua geração e não possuem incidência de juros. As movimentações com empréstimos de partes relacionadas estão demonstradas abaixo:			
		2023	2022
Empréstimos		13.885	2.417
Cost Sharing		1.186	1.186
Total		15.071	3.603
Em 31/12/2022		1.003	1.003
(+) Provisão de juros		-	(1.711)
(-) Pagamento		16.074	706
Em 31/12/2023		16.074	706
c) Contas a pagar para aquisição de ações:			
		2023	2022
AGV Logística S.A.		272	272
		272	272
Em 01/09/2017 foram adquiridas pela Companhia 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de sua emissão e de titularidade da AGV Logística S.A., por R\$272, para manutenção em tesouraria.			
d) Dividendos a pagar:			
		2023	2022
FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda		1.096	778
		1.096	778
26. Cobertura de seguros: A Companhia tem por política manter cobertura de seguros em montante adequado aos possíveis riscos com sinistros de seu patrimônio. O valor dos seguros contratados em 31/12/2022 é considerado suficiente, segundo a opinião de assessores especializados em seguros, para cobrir eventuais perdas. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela administração da Companhia. 27. Eventos subsequentes: Organização societária: Em 2024 tivemos atualização abrangente sobre o andamento do processo de desinvestimento da FEMSA nos ativos AGV, 3PL e FL Holding, destacando os marcos significativos até o momento: Buyer Due Diligence: Concluímos com sucesso o processo de Buyer Due Diligence, assegurando uma análise abrangente de nossa empresa. Recebimento de Propostas: Após a conclusão do processo de buyer due diligence, recebemos propostas não vinculantes do mercado, demonstrando um interesse substancial em nossa organização. Seleção de Players para Short List: Com base nas propostas recebidas, identificamos e selecionamos os players que avançaram para a etapa do short list, demonstrando compatibilidade com nossos objetivos estratégicos. Abertura do Data Room: Em um esforço de transparência e facilitação do processo de análise, disponibilizamos o Data Room para os players selecionados realizarem análises iniciais de nossa documentação. Site Visits e Management Presentations: Atualmente, estamos na fase crucial dos site visits, proporcionando aos potenciais compradores uma visão mais aprofundada de nossas instalações e operações. Além disso, estamos conduzindo apresentações de gestão para oferecer uma compreensão mais completa de nossa equipe e estratégias. Os nomes dos potenciais compradores serão mantidos em sigilo por força de NDA. A Administração seguirá acompanhando os desdobramentos desse anúncio, contudo até o encerramento dessas demonstrações financeiras nenhum impacto foi observado para a Companhia.			
DIRETORIA			
Newton Marcelo Ferreira Andrade			
Matheus Trinca Fernandes			
CONTADOR			
Fabio Soares de Oliveira			
CRC nº 1SP254004/O-5			

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da 3PL Brasil Logística S.A., Cajamar - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da 3PL Brasil Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

continuação **3PL Brasil Logística S.A.**
demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões planejadas e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Ainda, eventos ou condições futuras eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria
EY Ernst & Young
Audidores Independentes
CRC SP-027623/F
Campinas, 25 de abril de 2024.
Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora
CRC SP-243766/O

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EZS Informática S.A.

CNPJ nº 06.234.798/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (Exercício Social de 2023)

Senhores Acionistas, De acordo com as disposições legais e estatutárias, a diretoria da **EZS Informática S.A.**, com sede na Avenida Ibirapuera, nº 2.332 - Torre Ibirapuera I, Conjuntos 121 e 122, Sala 02, Indianópolis, São Paulo-SP, CEP 04028-900, inscrita no CNPJ sob o nº 06.234.798/0001-12, inscrita na JUCESP sob o NIRE 35.3.005106-7 ("Companhia"), submete à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração, em conjunto com as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31.12.2023, bem como o relatório da auditoria elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda.

Introdução: A EZ Security é uma subsidiária da Tempest Security

Inteligência que oferece tecnologias que compõe soluções de segurança cibernética para os clientes (pequenas, médias e grandes empresas), combinando a estas tecnologias serviços de implantação e sustentação que visam proporcionar aos nossos clientes um melhor uso do potencial destas tecnologias. A empresa, fundada em 2004, foi adquirida pela Tempest Security em 2018 para ser líder no setor de cibersegurança, oferecendo soluções de cibersegurança end-to-end para as empresas, reduzindo custos, oferecendo mais agilidade e gerando muito mais eficiência na gestão de riscos de segurança cibernética. Implementamos uma variedade de soluções avançadas que abrangem desde a detecção precoce até a resposta rápida a incidentes,

garantindo a segurança total do ecossistema digital de nossos clientes.

Situação Atual: Ao longo do primeiro semestre deste ano, a nossa empresa dedicou esforços significativos para reestruturar processos e fortalecer presença no dinâmico mercado de cibersegurança, empenhando-se na expansão estratégica de parcerias e na ampliação da capilaridade em nossa atuação.

Resultados Financeiros: Durante o ano de 2023, a EZ Security obteve uma receita bruta de R\$ 67,6 milhões. O lucro líquido da empresa totalizou R\$ 12,5 milhões.

Resultados Operacionais: A EZ Security continuou a investir em parcerias e aumento do seu portfólio de produtos e serviços e investiu

em processos ao longo de 2023.

Conclusão: A medida que nos aproximamos de 2024, antecipamos uma mudança significativa no cenário, respaldada pelo progresso constante observado no segundo semestre de 2023.

Considerações Finais: O presente relatório apresenta uma síntese do desempenho financeiro e dos negócios da Companhia realizados e ocorridos no exercício de 2023. O período englobado é de 01.01.2023 a 31.12.2023. A diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2023, as quais constam anexas ao presente relatório.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇOS PATRIMONIAIS		
Ativo	Notas	2023 2022
Circulante		46.411 39.041
Caixa e equivalentes de caixa	5	860 16.276
Depósitos em garantia	6	- 2.161
Contas a receber	7	36.506 20.398
Empréstimos concedidos	8	9.023 -
Impostos e recuperar		- 39
Despesas antecipadas		22 167
Não circulante		35.881 33.719
Contas a receber	7	22.497 19.796
Depósito judicial		9 20
IRPJ e CSLL diferido	13	16 -
Imobilizado	9	26 42
Intangível	10	13.334 13.861
Total do ativo		82.291 72.760
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		43.405 33.989
Fornecedores	11	34.530 22.031
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	2.778 3.664
IRPJ e CSLL	13	493 1.120
Contas a pagar por aquisição de Companhia		- 1.802
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	21	4.396 4.146
Receita diferida	14	1.035 1.206
Contas a pagar partes relacionadas	21	173 5
Outras contas a pagar		- 15
Não circulante		11.734 13.771
Fornecedores	11	8.273 10.725
Obrigações trabalhistas e tributárias	12	1.450 16
IRPJ e CSLL	13	2.012 2.012
Receita diferida	14	- 1.018
Patrimônio líquido		27.151 25.000
Capital social	16	12.608 12.608
Reserva legal	16	1.882 1.255
Reserva de lucros	16	12.661 11.137
Total do passivo e patrimônio líquido		82.291 72.760

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	Notas	2023 2022
Receita operacional líquida	17	62.857 89.388
Custos dos serviços prestados	18	(45.067) (63.810)
Lucro bruto		17.790 25.578
(Despesas)/ receitas operacionais:		
Despesas administrativas	19	(744) (763)
Despesas comerciais	19	(2.815) (3.636)
Perdas ao valor recuperável de contas a receber	7	(47) -
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	19	(324) (612)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		13.861 20.568
Resultado financeiro		1.326 1.206
Despesas financeiras	20	(5.049) (2.478)
Receitas financeiras	20	6.375 3.684
Lucro antes da provisão para o IRPJ e CSLL		15.187 21.774
IRPJ e CSLL - corrente	13	(2.649) (5.561)
IRPJ e CSLL - diferido	13	16 -
Lucro líquido do exercício		12.553 16.213

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES		
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	12.553	16.213
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	12.553	16.213

Lucro líquido do exercício

3.7 Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não circulantes: Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

3.8 Empréstimos e financiamentos: Empréstimos e financiamentos são mantidos até o vencimento e com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

3.9 Reconhecimento de receitas: A receita de prestação de serviços e comercialização de licenças de uso de software é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e as obrigações de desempenho firmadas são concluídas. As receitas são reconhecidas considerando que a Companhia atua como "principal" em suas relações mercantis, uma vez que atende aos principais requisitos constantes do pronunciamento técnico relacionado com receitas, entre eles: (i) tem responsabilidade primária de prover serviços ao cliente; (ii) tem liberdade para estabelecer preços, inclusive de serviços adicionais (treinamento, consultorias e outros), e (iii) suporta o risco de crédito.

3.10 Receitas e despesas financeiras: As receitas e as despesas financeiras são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras e variações monetárias e cambiais ativas e passivas.

3.11 Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram elaboradas pelo método indireto, partindo das informações contábeis.

3.12 Dividendos e juros sobre capital próprio: A política de pagamento de dividendos da Companhia consiste na distribuição de dividendos de 25% do lucro líquido anual ajustado após a constituição da reserva legal. Quando deliberados pela Administração, os juros sobre capital próprio são calculados dentro do limite da dedutibilidade estabelecido na Lei nº 9.249/1995, e a contabilização é realizada diretamente no patrimônio líquido. Como política da Companhia, os juros sobre capital próprio do exercício não são imputados na base dos dividendos mínimos obrigatórios.

3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes): Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses.

3.14 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira: Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

4. Pronunciamentos contábeis recentes:

4.1 Novos pronunciamentos contábeis: Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 01/01/2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras:

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes como Covenants (alterações ao CPC 26): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 01/01/2024. A companhia não possui títulos que estejam sujeitos aos critérios que se adequam a esta norma.

b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 01/01/2024. A companhia não possui títulos que estejam sujeitos aos critérios que se adequam a esta norma.

c. Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: **Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).** **Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
	Notas	Capital social Reserva legal Reserva de lucros Lucros acumulados Total				
Saldos em 31/12/2021		12.608 444 3.609 - 16.213 16.213				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.213	(811)	-
Constituição de reserva legal	16	-	811	-	-	(811)
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	(3.851)
Juros sobre o capital próprio	16	-	-	-	-	(4.023)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	7.528	-	(7.528)
Saldos em 31/12/2022		12.608 1.255 11.137 - 25.000 12.553				
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	12.553
Constituição de reserva legal	16	-	627	-	-	(627)
Dividendos propostos	16	-	-	-	-	(2.981)
Juros sobre o capital próprio	16	-	-	-	-	(7.421)
Transferência para reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.524	-	(1.524)
Saldos em 31/12/2023		12.608 1.882 12.661 - 27.151 27.151				

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA																																																																																																																																																																																																																																				
	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Atividades operacionais	12.553	16.213																																																																																																																																																																																																																																		
Lucro líquido do exercício	12.553	16.213																																																																																																																																																																																																																																		
Ajustes ao lucro:																																																																																																																																																																																																																																				
Depreciação	17	35																																																																																																																																																																																																																																		
Amortização	527	706																																																																																																																																																																																																																																		
Perdas ao valor recuperável de contas a receber	47	-																																																																																																																																																																																																																																		
IRPJ e CSLL	2.649	5.561																																																																																																																																																																																																																																		
Impostos de renda e CSLL diferido	(16)	-																																																																																																																																																																																																																																		
Provisão para demandas judiciais	-	(114)																																																																																																																																																																																																																																		
Receita diferida	(1.189)	1.265																																																																																																																																																																																																																																		
Juros sobre empréstimos concedidos	923	-																																																																																																																																																																																																																																		
Variações nos ativos e passivos operacionais	(18.856)	(8.658)																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber	145	1.025																																																																																																																																																																																																																																		
Despesas antecipadas	39	16																																																																																																																																																																																																																																		
Impostos a recuperar	10.046	3.558																																																																																																																																																																																																																																		
Fornecedores	168	5																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a pagar partes relacionadas	548	2.472																																																																																																																																																																																																																																		
Obrigações trabalhistas e tributárias	(15)	12																																																																																																																																																																																																																																		
Outras contas a pagar	(3.276)	(5.074)																																																																																																																																																																																																																																		
IRPJ e CSLL pagos	-	-																																																																																																																																																																																																																																		
Caixa e equivalentes de caixa:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Caixa e bancos	289	80																																																																																																																																																																																																																																		
Aplicações financeiras	571	16.196																																																																																																																																																																																																																																		
Ativo circulante	860	16.276																																																																																																																																																																																																																																		
As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por operações em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), com remuneração atrelada aos Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs), emitidos por instituições financeiras no Brasil, disponíveis para resgate em até 90 dias sem impacto na remuneração contratada. Em 31/12/2023 as aplicações foram remuneradas por índices que variam de 95% a 102% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDIs) — 95% a 102% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) em 31/12/2022. <tr> <td>6. Depósitos em garantia: A composição do saldo de depósitos em garantia estava relacionada ao valor pago aos ex-controladores da Companhia, a título de indenização por não concorrência pelo período de 12 meses. Os valores estavam depositados em conta vinculada à EZS e permaneceram retidos até 31/12/2022 e foram quitados em 02/01/2023.</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>7. Contas a receber:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber</td> <td>9.957</td> <td>6.507</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber partes relacionadas</td> <td>12.790</td> <td>783</td> </tr> <tr> <td>9. Imobilizado:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>% - Taxa média anual de depreciação</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Valor de depreciação acumulada</td> <td>Valor de depreciação acumulada</td> <td>Valor de depreciação acumulada</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil líquido</td> <td>Valor contábil líquido</td> <td>Valor contábil líquido</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>10</td> <td>197</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>20</td> <td>330</td> </tr> <tr> <td>Máquinas, equipamentos e acessórios</td> <td>10</td> <td>190</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de telecomunicação</td> <td>20</td> <td>34</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>749</td> <td>(726)</td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial em 31/12/2022</td> <td>16</td> <td>(4)</td> </tr> <tr> <td>Aquisições</td> <td>10</td> <td>(10)</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td>17</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Depreciação</td> <td>42</td> <td>(17)</td> </tr> <tr> <td>Saldo Final em 31/12/2023</td> <td>26</td> <td>12</td> </tr> <tr> <td>Móveis e utensílios</td> <td>19</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de informática</td> <td>38</td> <td>(29)</td> </tr> <tr> <td>Equipamentos de telecomunicação</td> <td>20</td> <td>(3)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>77</td> <td>(35)</td> </tr> <tr> <td>10. Intangível:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Valor de amortização acumulada</td> <td>Valor de amortização acumulada</td> <td>Valor de amortização acumulada</td> </tr> <tr> <td>Valor contábil líquido</td> <td>Valor contábil líquido</td> <td>Valor contábil líquido</td> </tr> <tr> <td>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</td> <td>13.334</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia de ativos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td> <td>3.133</td> <td>(3.133)</td> </tr> <tr> <td>Cláusulas de não concorrência</td> <td>394</td> <td>(394)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>16.861</td> <td>(3.527)</td> </tr> <tr> <td>2023</td> <td>2022</td> <td>2023</td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial em 31/12/2022</td> <td>Saldo inicial em 31/12/2022</td> <td>Saldo inicial em 31/12/2022</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td>Amortização</td> <td>Amortização</td> </tr> <tr> <td>Saldo final em 31/12/2023</td> <td>Saldo final em 31/12/2023</td> <td>Saldo final em 31/12/2023</td> </tr> <tr> <td>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</td> <td>13.334</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia de ativos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td> <td>468</td> <td>(468)</td> </tr> <tr> <td>Cláusulas de não concorrência</td> <td>59</td> <td>(59)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>13.861</td> <td>(527)</td> </tr> <tr> <td>2022</td> <td>2022</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Saldo inicial em 31/12/2021</td> <td>Saldo inicial em 31/12/2021</td> <td>Saldo inicial em 31/12/2021</td> </tr> <tr> <td>Amortização</td> <td>Amortização</td> <td>Amortização</td> </tr> <tr> <td>Saldo final em 31/12/2022</td> <td>Saldo final em 31/12/2022</td> <td>Saldo final em 31/12/2022</td> </tr> <tr> <td>Ágio por expectativa de rentabilidade futura</td> <td>13.334</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Mais-valia de ativos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Relacionamento com clientes</td> <td>1.095</td> <td>(627)</td> </tr> <tr> <td>Cláusulas de não concorrência</td> <td>138</td> <td>(79)</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>14.567</td> <td>(706)</td> </tr> <tr> <td>Os saldos relacionados com as contas de: (i) ágio por expectativa de rentabilidade futura; (ii) mais-valia de relacionamento com clientes; e (iii) mais-valia de cláusulas de não concorrência são oriundos da incorporação de sua controladora, a TEZ Security Participações S.A., em 28/09/2018. A amortização das contas de mais-valia de ativos está sendo calculada baseada em laudo técnico preparado por companhia especializada, no período de 60 meses. Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Para o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (impairment) do ativo intangível, incluindo ágio de rentabilidade futura. Como resultado dos testes de impairment realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>11. Fornecedores:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar no país</td> <td>16.411</td> <td>8.855</td> </tr> <tr> <td>Contas a pagar no exterior</td> <td>26.391</td> <td>23.901</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>42.802</td> <td>32.756</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>34.530</td> <td>22.031</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td>8.273</td> <td>10.725</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>42.802</td> <td>32.756</td> </tr> <tr> <td>12. Obrigações trabalhistas e tributárias:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Salários e ordenados</td> <td>81</td> <td>2</td> </tr> <tr> <td>Impostos e encargos sociais - FGTS/INSS</td> <td>38</td> <td>3</td> </tr> <tr> <td>Provisão de férias e encargos</td> <td>155</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>274</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Obrigações tributárias</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Federais e municipais - PIS/COFINS/IRRF/ISS</td> <td>3.953</td> <td>3.665</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>4.228</td> <td>3.680</td> </tr> <tr> <td>Passivo circulante</td> <td>2.778</td> <td>3.664</td> </tr> <tr> <td>Passivo não circulante</td> <td>1.450</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>13. IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido: 13.1 Saldo de passivo:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>IRPJ e CSLL</td> <td>493</td> <td>1.120</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>493</td> <td>1.120</td> </tr> <tr> <td>13.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:</td> <td>2023</td> <td>2022</td> </tr> <tr> <td>Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda</td> <td>15.187</td> <td>21.774</td> </tr> <tr> <td>(-) Exclusão - juros sobre capital próprio</td> <td>(7.421)</td> <td>(5.276)</td> </tr> <tr> <td>(+/-) Outras adições/exclusões - despesas não dedutíveis e outros</td> <td>97</td> <td>(71)</td> </tr> <tr> <td>(-) Base efetiva</td> <td>7.863</td> <td>16.426</td> </tr> <tr> <td>IRPJ, adicional de IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido</td> <td>2.649</td> <td>5.095</td> </tr> <tr> <td>Alíquota efetiva</td> <td>17,44%</td> <td>31,02%</td> </tr>	6. Depósitos em garantia: A composição do saldo de depósitos em garantia estava relacionada ao valor pago aos ex-controladores da Companhia, a título de indenização por não concorrência pelo período de 12 meses. Os valores estavam depositados em conta vinculada à EZS e permaneceram retidos até 31/12/2022 e foram quitados em 02/01/2023.			7. Contas a receber:	2023	2022	Contas a receber	9.957	6.507	Contas a receber partes relacionadas	12.790	783	9. Imobilizado:			% - Taxa média anual de depreciação	2023	2022	Valor de depreciação acumulada	Valor de depreciação acumulada	Valor de depreciação acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Móveis e utensílios	10	197	Equipamentos de informática	20	330	Máquinas, equipamentos e acessórios	10	190	Equipamentos de telecomunicação	20	34	Total	749	(726)	Saldo inicial em 31/12/2022	16	(4)	Aquisições	10	(10)	Baixas	17	(3)	Depreciação	42	(17)	Saldo Final em 31/12/2023	26	12	Móveis e utensílios	19	(3)	Equipamentos de informática	38	(29)	Equipamentos de telecomunicação	20	(3)	Total	77	(35)	10. Intangível:			Valor de amortização acumulada	Valor de amortização acumulada	Valor de amortização acumulada	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-	Mais-valia de ativos			Relacionamento com clientes	3.133	(3.133)	Cláusulas de não concorrência	394	(394)	Total	16.861	(3.527)	2023	2022	2023	Saldo inicial em 31/12/2022	Saldo inicial em 31/12/2022	Saldo inicial em 31/12/2022	Amortização	Amortização	Amortização	Saldo final em 31/12/2023	Saldo final em 31/12/2023	Saldo final em 31/12/2023	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-	Mais-valia de ativos			Relacionamento com clientes	468	(468)	Cláusulas de não concorrência	59	(59)	Total	13.861	(527)	2022	2022	2022	Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2021	Amortização	Amortização	Amortização	Saldo final em 31/12/2022	Saldo final em 31/12/2022	Saldo final em 31/12/2022	Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-	Mais-valia de ativos			Relacionamento com clientes	1.095	(627)	Cláusulas de não concorrência	138	(79)	Total	14.567	(706)	Os saldos relacionados com as contas de: (i) ágio por expectativa de rentabilidade futura; (ii) mais-valia de relacionamento com clientes; e (iii) mais-valia de cláusulas de não concorrência são oriundos da incorporação de sua controladora, a TEZ Security Participações S.A., em 28/09/2018. A amortização das contas de mais-valia de ativos está sendo calculada baseada em laudo técnico preparado por companhia especializada, no período de 60 meses. Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Para o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (impairment) do ativo intangível, incluindo ágio de rentabilidade futura. Como resultado dos testes de impairment realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização			11. Fornecedores:	2023	2022	Contas a pagar no país	16.411	8.855	Contas a pagar no exterior	26.391	23.901	Total	42.802	32.756	Passivo circulante	34.530	22.031	Passivo não circulante	8.273	10.725	Total	42.802	32.756	12. Obrigações trabalhistas e tributárias:	2023	2022	Salários e ordenados	81	2	Impostos e encargos sociais - FGTS/INSS	38	3	Provisão de férias e encargos	155	10	Total	274	15	Obrigações tributárias			Federais e municipais - PIS/COFINS/IRRF/ISS	3.953	3.665	Total	4.228	3.680	Passivo circulante	2.778	3.664	Passivo não circulante	1.450	16	13. IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido: 13.1 Saldo de passivo:	2023	2022	IRPJ e CSLL	493	1.120	Total	493	1.120	13.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:	2023	2022	Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda	15.187	21.774	(-) Exclusão - juros sobre capital próprio	(7.421)	(5.276)	(+/-) Outras adições/exclusões - despesas não dedutíveis e outros	97	(71)	(-) Base efetiva	7.863	16.426	IRPJ, adicional de IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido	2.649	5.095	Alíquota efetiva	17,44%	31,02%
6. Depósitos em garantia: A composição do saldo de depósitos em garantia estava relacionada ao valor pago aos ex-controladores da Companhia, a título de indenização por não concorrência pelo período de 12 meses. Os valores estavam depositados em conta vinculada à EZS e permaneceram retidos até 31/12/2022 e foram quitados em 02/01/2023.																																																																																																																																																																																																																																				
7. Contas a receber:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber	9.957	6.507																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a receber partes relacionadas	12.790	783																																																																																																																																																																																																																																		
9. Imobilizado:																																																																																																																																																																																																																																				
% - Taxa média anual de depreciação	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Valor de depreciação acumulada	Valor de depreciação acumulada	Valor de depreciação acumulada																																																																																																																																																																																																																																		
Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido																																																																																																																																																																																																																																		
Móveis e utensílios	10	197																																																																																																																																																																																																																																		
Equipamentos de informática	20	330																																																																																																																																																																																																																																		
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	190																																																																																																																																																																																																																																		
Equipamentos de telecomunicação	20	34																																																																																																																																																																																																																																		
Total	749	(726)																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo inicial em 31/12/2022	16	(4)																																																																																																																																																																																																																																		
Aquisições	10	(10)																																																																																																																																																																																																																																		
Baixas	17	(3)																																																																																																																																																																																																																																		
Depreciação	42	(17)																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo Final em 31/12/2023	26	12																																																																																																																																																																																																																																		
Móveis e utensílios	19	(3)																																																																																																																																																																																																																																		
Equipamentos de informática	38	(29)																																																																																																																																																																																																																																		
Equipamentos de telecomunicação	20	(3)																																																																																																																																																																																																																																		
Total	77	(35)																																																																																																																																																																																																																																		
10. Intangível:																																																																																																																																																																																																																																				
Valor de amortização acumulada	Valor de amortização acumulada	Valor de amortização acumulada																																																																																																																																																																																																																																		
Valor contábil líquido	Valor contábil líquido	Valor contábil líquido																																																																																																																																																																																																																																		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-																																																																																																																																																																																																																																		
Mais-valia de ativos																																																																																																																																																																																																																																				
Relacionamento com clientes	3.133	(3.133)																																																																																																																																																																																																																																		
Cláusulas de não concorrência	394	(394)																																																																																																																																																																																																																																		
Total	16.861	(3.527)																																																																																																																																																																																																																																		
2023	2022	2023																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo inicial em 31/12/2022	Saldo inicial em 31/12/2022	Saldo inicial em 31/12/2022																																																																																																																																																																																																																																		
Amortização	Amortização	Amortização																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo final em 31/12/2023	Saldo final em 31/12/2023	Saldo final em 31/12/2023																																																																																																																																																																																																																																		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-																																																																																																																																																																																																																																		
Mais-valia de ativos																																																																																																																																																																																																																																				
Relacionamento com clientes	468	(468)																																																																																																																																																																																																																																		
Cláusulas de não concorrência	59	(59)																																																																																																																																																																																																																																		
Total	13.861	(527)																																																																																																																																																																																																																																		
2022	2022	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2021	Saldo inicial em 31/12/2021																																																																																																																																																																																																																																		
Amortização	Amortização	Amortização																																																																																																																																																																																																																																		
Saldo final em 31/12/2022	Saldo final em 31/12/2022	Saldo final em 31/12/2022																																																																																																																																																																																																																																		
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	13.334	-																																																																																																																																																																																																																																		
Mais-valia de ativos																																																																																																																																																																																																																																				
Relacionamento com clientes	1.095	(627)																																																																																																																																																																																																																																		
Cláusulas de não concorrência	138	(79)																																																																																																																																																																																																																																		
Total	14.567	(706)																																																																																																																																																																																																																																		
Os saldos relacionados com as contas de: (i) ágio por expectativa de rentabilidade futura; (ii) mais-valia de relacionamento com clientes; e (iii) mais-valia de cláusulas de não concorrência são oriundos da incorporação de sua controladora, a TEZ Security Participações S.A., em 28/09/2018. A amortização das contas de mais-valia de ativos está sendo calculada baseada em laudo técnico preparado por companhia especializada, no período de 60 meses. Os ativos intangíveis que ainda não estão sendo amortizados, são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Para o exercício findo em 31/12/2023, a Companhia executou o teste de recuperabilidade (impairment) do ativo intangível, incluindo ágio de rentabilidade futura. Como resultado dos testes de impairment realizados, a Companhia não identificou cenário de desvalorização																																																																																																																																																																																																																																				
11. Fornecedores:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a pagar no país	16.411	8.855																																																																																																																																																																																																																																		
Contas a pagar no exterior	26.391	23.901																																																																																																																																																																																																																																		
Total	42.802	32.756																																																																																																																																																																																																																																		
Passivo circulante	34.530	22.031																																																																																																																																																																																																																																		
Passivo não circulante	8.273	10.725																																																																																																																																																																																																																																		
Total	42.802	32.756																																																																																																																																																																																																																																		
12. Obrigações trabalhistas e tributárias:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Salários e ordenados	81	2																																																																																																																																																																																																																																		
Impostos e encargos sociais - FGTS/INSS	38	3																																																																																																																																																																																																																																		
Provisão de férias e encargos	155	10																																																																																																																																																																																																																																		
Total	274	15																																																																																																																																																																																																																																		
Obrigações tributárias																																																																																																																																																																																																																																				
Federais e municipais - PIS/COFINS/IRRF/ISS	3.953	3.665																																																																																																																																																																																																																																		
Total	4.228	3.680																																																																																																																																																																																																																																		
Passivo circulante	2.778	3.664																																																																																																																																																																																																																																		
Passivo não circulante	1.450	16																																																																																																																																																																																																																																		
13. IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido: 13.1 Saldo de passivo:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
IRPJ e CSLL	493	1.120																																																																																																																																																																																																																																		
Total	493	1.120																																																																																																																																																																																																																																		
13.2 Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL:	2023	2022																																																																																																																																																																																																																																		
Lucro do exercício antes dos impostos sobre a renda	15.187	21.774																																																																																																																																																																																																																																		
(-) Exclusão - juros sobre capital próprio	(7.421)	(5.276)																																																																																																																																																																																																																																		
(+/-) Outras adições/exclusões - despesas não dedutíveis e outros	97	(71)																																																																																																																																																																																																																																		
(-) Base efetiva	7.863	16.426																																																																																																																																																																																																																																		
IRPJ, adicional de IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido	2.649	5.095																																																																																																																																																																																																																																		
Alíquota efetiva	17,44%	31,02%																																																																																																																																																																																																																																		

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



EZS Informática S.A.		2023	2022	Dividen- dos Juros sobre capital próprio		Total
13.3 Movimentação do saldo de ativo fiscal diferido:						
Saldo patrimonial em 1º de janeiro						
Perdas estimadas ao valor recuperável do contas a receber	16	-	-	2.981	7.421	10.402
Saldo patrimonial em 31 de dezembro	16	-	-	(3.221)	(6.931)	(10.152)
Movimentação do período - imposto diferido	16	-	-	2.819	1.577	4.396
13.4 Incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro (ICPC 22): A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil, relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do IRPJ e CSLL sobre o lucro líquido, cuja avaliação de prognóstico foi de que as posições fiscais adotadas serão provavelmente aceitas pelas autoridades, com base em avaliação interna e externa dos assessores jurídicos, com exceção de uma discussão que envolve a amortização de ágio como derivado da expectativa de rentabilidade futura (goodwill), decorrente da incorporação reversa da TEZ pela EZS. Nossos assessores jurídicos entendem que a legislação não permite a amortização de ágio no caso dessa operação de reorganização societária. Para esse assunto, a Companhia reconheceu uma provisão no montante de R\$ 2.012 (R\$ 2.012 em 2022), classificada como não circulante. 14. Receita diferida: O saldo de receita diferida refere-se exclusivamente a serviços contratados e faturados antecipadamente, porém ainda não executados em sua totalidade.						
		2023	2022			
Passivo circulante		1.035	1.206			
Passivo não circulante		-	1.018			
15. Provisão para demandas judiciais: A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão em 2023 e 2022 para cobrir eventuais desembolsos de desfechos dos processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda provável. Não existem processos em andamento e riscos fiscais classificados com expectativa de perda possível nos exercícios de 2023 e 2022. 16. Patrimônio líquido. Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31/12/2023 é de R\$ 12.608, representado por 5.929.661 (cinco milhões, novecentas e vinte e nove mil, seiscentas e sessenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e com direito a voto, todas de propriedade da Tempest Serviços de Informática S.A. Reserva legal: Constituída a alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, até atingir o montante de 20% do capital social, de acordo com a Lei das Sociedades Anônimas. Destinação dos resultados: O estatuto social determina que do resultado apurado em cada exercício tenham deduzidos os prejuízos acumulados. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. Do lucro líquido apurado, após dedução dos prejuízos acumulados, 5% serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. Efetuada as deduções e as destinações estatutárias será distribuído aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido.						
		2023	2022			
Resultado do período		12.553	16.213			
(+) Reserva legal (5%)		(627)	(811)			
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios						
		2023	2022			
Dividendo mínimo obrigatório (25%)		11.926	15.402			
Juros sobre capital próprio		2.981	3.851			
Dos dividendos mínimos obrigatórios em 31/12/2023 está pendente de liquidação a parcela de R\$ 2.819, o qual encontra-se registrado no passivo circulante. Dos Juros sobre capital próprio em 31/12/2023 está pendente de liquidação o montante de R\$ 1.577, o qual encontra-se registrado no passivo circulante.		7.421	4.023			
17. Receita operacional líquida: Receita de prestação de serviços, comercialização de licenças de uso de softwares e outros						
		66.657	95.040			
Receita de venda de produtos (hardware)		956	782			
Deduções da receita - impostos incidentes (COFINS, PIS, ISS e ICMS)		(4.755)	(6.434)			
		62.587	89.388			
18. Custos dos serviços prestados: Custos diretos (aquisição de licenças de uso de softwares e outros)						
		(45.065)	(63.776)			
Salários, ordenados, encargos sociais e benefícios		(2)	(20)			
Outros custos		(2)	(14)			
		(45.067)	(63.810)			
19. Receitas (despesas) por natureza: Despesas com pessoal						
		(2.684)	(2.839)			
Despesas com serviços (tecnologia da informação, mão-de-obra terceirizada, advogados, serviços contábeis, entre outros)		(735)	(1.080)			
Despesas com locações (imóveis, equipamentos e outros)		(19)	(10)			
Despesas com depreciação/amortização		(46)	(52)			
Despesas tributárias		(45)	(371)			
Outras receitas administrativas		202	39			
Outras despesas administrativas		(556)	(697)			
		(3.883)	(5.010)			
20. Receitas (despesas) financeiras, líquidas:						
		2023	2022			
Receitas financeiras:		527	1.748			
Rendimento de aplicação financeira		4.893	1.921			
Receita com variação cambial		923	32			
Juros sobre mútuo		32	15			
Outras receitas financeiras		6.375	3.684			
Despesas financeiras:		(4.744)	(1.953)			
Despesas com variação cambial		-	(41)			
Despesas com aplicação monetária		(13)	(245)			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(292)	(239)			
Outras despesas financeiras		(5.049)	(2.478)			
		1.326	(1.206)			
21. Partes relacionadas:						
21.1 Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar:						
		2023	2022			
Saldo em 31/12/2021		1.233	-			
Constituições durante o ano		3.851	4.023			
Pagamentos durante o ano		(2.025)	(4.961)			
Saldo em 31/12/2022		3.059	1.087			
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS						
Aos Administradores e Acionistas da EZS Informática S.A. São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da EZS Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EZS Informática S.A. em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que						
compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter						
segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas						
e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São José dos Campos 18/04/2024						
DIRETORIA						
Cristiano Lincoln de Almeida Mattos - Diretor Presidente						
Fernando Uchôa de Moraes						
Marcos Mancini Keating - Diretor Financeiro						
Renata Lacerda Paes Barreto - Contadora - CRC PE-025580/O						
KPMG Auditores Independentes						
Isaac de Mello Contador						
CRC 2SP-028568/O-9 F SP CRC 1SP-294263/O-1						

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Azaleia Participações S.A.					
CNPJ/MF nº 34.530.986/0001-23					
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023 E 31/12/2022 (Valores expressos em Reais)		
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	Descrição	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO	69.404.692,09D	61.679.086,41D	PASSIVO e PATRIMONIO	69.404.692,09C	61.679.086,41C
CIRCULANTE	6.308.121,67D	844,98D	LIQUIDO	2.050,08C	1.882,52C
CAIXA	898,82D	614,30D	CIRCULANTE	4,08C	3,92C
CAIXA GERAL	102,80D	102,80D	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	4,08C	3,92C
CAIXA	102,80D	102,80D	IMPOSTOS A RECOLHER	4,08C	3,92C
Caixa	102,80D	102,80D	FEDERAIS	0,16C	0,16C
BCOS.C/MOVIMENTO	796,02D	10,01D	Imposto de Renda	3,92C	3,76C
BCOS.C/MOVIMENTO	796,02D	10,01D	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	2.046,00C	1.878,60C
Bco. Itaú S/A	796,02D	10,01D	OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	2.046,00C	1.878,60C
APLICAÇÕES FINANC.DE LIQUI-DEZ IMEDIATA	0,00	501,49D	OBRIG. PREVIDENCIARIAS	2.046,00C	1.878,60C
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	501,49D	OBRIG. PREVIDENCIARIAS	2.046,00C	1.878,60C
Banco Itaú S/A	0,00	501,49D	INSS	2.046,00C	1.878,60C
OUTROS CREDITOS	6.307.222,85D	230,68D	NÃO CIRCULANTE	0,00	251.607,16C
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	229,90D	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	251.607,16C
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00	229,90D	OUTROS DÉB.C/SÓCIOS, ADM. PESSOAS COL.	0,00	251.607,16C
Antecipações	0,00	229,90D	SÓCIOS	0,00	251.607,16C
ADIANTAMENTO A SOCIOS	4.580.330,73D	0,00	Maria Stella Assumpção Quartim Barbosa	0,00	251.607,16C
ADIANTAMENTO A SOCIOS	4.580.330,73D	0,00	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69.402.642,01C	61.425.596,73C
Claudia Quartim Barbosa Nercessian	1.526.776,91D	0,00	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	26.865.777,00C	26.865.777,00C
Maria Regina Assumpção	1.526.776,91D	0,00	CAPITAL SOCIAL	26.865.777,00C	26.865.777,00C
Renata Quartim Barbosa	1.526.776,91D	0,00	Capital Social	26.865.777,00C	26.865.777,00C
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	1.726.892,11D	0,00	RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C
ADIANTAMENTO A TERCEIROS	1.726.892,11D	0,00	RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C
Maria Stella Assumpção Quartim Barbosa	1.726.892,11D	0,00	RESERVAS DE CAPITAL	0,63C	0,63C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,01D	0,78D	Fundo para Aumento de Capital	0,63C	0,63C
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR	0,01D	0,78D	RESERVAS DE LUCROS	42.536.864,38C	34.559.819,10C
IRRF s/ Aplicações Financeiras	0,01D	0,78D	RESERVAS DE LUCROS	42.536.864,38C	34.559.819,10C
NÃO CIRCULANTE	63.096.570,42D	61.678.241,43D	RESERVAS DE LUCROS	42.536.864,38C	34.559.819,10C
INVESTIMENTOS	63.096.570,42D	61.678.241,43D	Reserva Legal	2.601.405,80C	1.882.553,59C
INVESTIMENTOS	63.096.570,42D	61.678.241,43D	Reserva de Lucros	39.935.458,58C	32.677.265,51C
CONTROL.E COLIGADAS - EQUIV. PATRIMON.	63.096.570,42D	61.678.241,43D			
Brumado Participações S.A.	3.916.785,72D	4.098.155,66D			
Triunfo Agropecuária S.A.	55.801.752,76D	54.593.736,70D			
Santa Bárbara Imóveis S.A.	3.378.031,94D	2.986.349,07D			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	CAPITAL REALIZADO AUTORIZADO	Fundo para Aumento de Capital	RESERVAS DE LUCROS	Reserva de Lucros	Total
	Capital Social		Reserva Legal		
Saldo em 31/12/2022	26.865.777,00	0,63	1.882.553,59	32.677.265,51	61.425.596,73
Resultado do Exercício				14.377.044,28	14.377.044,28
Distribuição de Lucros				-6.399.999,00	-6.399.999,00
Reserva Legal				-718.852,21	0,00
Saldo em 31/12/2023	26.865.777,00	0,63	2.601.405,80	39.935.458,58	69.402.642,01
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO/2023.					
1- CONTEXTO OPERACIONAL: A empresa tem por objeto social holdings de instituições não financeiras e aluguel de imóveis próprios.					
2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade, observando a legislação comercial e fiscal.					
3- SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: a) O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas, tendo como forma de tributação o Lucro Presumido; b) A empresa não possui imobilizados em seus ativos; c) Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicáveis, pelos valores de juros e atualizações monetárias; d) Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias; e) A equivalência patrimonial foi calculada mediante a aplicação da percentagem da participação do contribuinte no capital da coligada ou controlada, sobre o valor de patrimônio líquido, dessa aplicação apuramos: - Resultado Positivo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 13.758.015,06 referente a empresa Triunfo Agropecuária S.A. e R\$ 903.512,87 referente a empresa Santa Bárbara Imóveis S.A., registrado no grupo Outras Receitas - Resultado Negativo na Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 181.369,94 referente a empresa Brumado Participações S.A., registrado no grupo Despesas Financeiras. f) Em 20/12/2023 a acionista Maria Stella Assumpção Quartim Barbosa vende o total de suas ações, em partes iguais para as acionistas Claudia Quartim Barbosa Nercessian, Renata Quartim Barbosa e Maria Regina Assumpção.					
4- CAPITAL SOCIAL: O capital social é de R\$ 26.865.777,00 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais), representado por 26.865.777 (vinte e seis milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete) ações ordinárias nominativas sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas.					
JOÃO HAGOP NERCESIAN - DIRETOR RG 11.659.330-1 - CPF 074.863.378-27			PAULA DUARTE SILVEIRA - CONTADORA CRC-SP nº ISP 176.292/O-2 CPF: 156.878.358-22		

Canvas Capital S/A					
CNPJ/MF nº 15.377.863/0001-50					
Balanco Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Circulante	13.021	16.585	Circulante	3.282	11.596
Caixa e equivalentes de caixa	9.958	12.875	Contas a pagar	276	603
Contas a receber	2.076	2.961	Arrendamento mercantil	-	3.671
Impostos a recuperar	498	443	Dividendos e bonificações	1.192	2.159
Despesas antecipadas	296	270	Obrigações tributárias	539	187
Outros ativos	181	36	Obrigações trabalhistas	1.281	4.976
Valores a receber - soc. ligadas	11	-	Não circulante	462	-
			Passivo a descoberto	9	-
Não circulante	197	4.479	Obrigações tributárias diferidas	453	-
Investimento	-	61	Patrimônio líquido	9.468	9.468
Imobilizado	197	4.418	Capital social	4.181	4.181
			Reserva de lucros	5.287	5.287
Total do ativo	13.218	21.064	Total do passivo e patrimônio líquido	13.218	21.064
Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)			Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)		
	2023	2022		2023	2022
Receita operacional líquida	22.298	32.210	Lucro líquido do exercício	3.382	6.908
Despesas operacionais	(15.861)	(21.503)	Outros resultados abrangentes	-	-
Despesas gerais e administrativas	(16.632)	(22.430)	Resultado abrangente do exercício	3.382	6.908
Despesas tributárias	(273)	(273)			
Resultado financeiro	1.114	1.268	Imposto de renda e contribuição social	(3.055)	(3.800)
Equivalência patrimonial	(70)	(68)	Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(2.656)	(3.711)
Resultado Operacional	6.437	10.707	Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(389)	(89)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	6.437	10.707	Lucro líquido do exercício	3.382	6.908
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)					
	Capital Social	Reserva legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.181	836	4.451	-	9.468
Resultado do exercício	-	-	-	6.908	6.908
Destinações:					
Constituição de reserva	-	-	2.158	(2.158)	-
Dividendos pagos e propostos no exercício	-	-	(2.158)	(4.750)	(6.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.181	836	4.451	-	9.468
Resultado do exercício	-	-	-	3.382	3.382
Destinações:					
Constituição de reserva	-	-	2.190	(2.190)	-
Dividendos pagos e propostos no exercício	-	-	(2.190)	(1.192)	(3.382)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.181	836	4.451	-	9.468
Caixa Líquido Proveniente das / (Utilizado) nas atividades operacionais					
	2023	2022		2023	2022
Atividades de investimento	8.321	7.715	Atividades de investimento	8.321	7.715
Aquisições de participações societárias	-	(60)	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-	(908)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	-	(968)	Atividades de financiamento	(3.382)	(26.135)
Atividades de financiamento	(3.382)	(26.135)	Dividendos pagos do exercício	(3.382)	(26.135)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.382)	(26.135)	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(3.382)	(26.135)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.939	(19.388)	Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	4.939	(19.388)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.875	32.263	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.875	32.263
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.958	12.875	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	9.958	12.875
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.917)	(19.388)	Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.917)	(19.388)
A Diretoria					
Henrique Luiz Gonzaga - Contador CRC 1SP 256.056/O-0					

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Gonçalves Dias Empreendimentos Imobiliários S.A.									
CNPJ nº 05.965.205/0001-25									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Capital Social		Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Reserva de Lucros	Lucro do Período	Total do Patrimônio Líquido
Circulante	18.570.771	14.613.473	90.000	2.421.000	18.000	26.904.339	-	-	29.433.339
Caixa	23	23	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	12.785	24.391	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação financeiras	12.156.152	8.358.585	-	-	-	-	-	-	-
Estoques	941.209	941.209	-	-	-	-	-	-	-
Adto a terceiros	170.735	29.617	-	-	-	-	-	-	-
Impostos a recuperar	71.174	40.954	-	-	-	-	-	-	-
Valores a receber	5.218.693	5.218.693	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	26.641.270	20.872.582	-	-	-	-	-	-	-
Realizável a longo prazo:	4.064.919	4.064.919	-	-	-	-	-	-	-
Propriedade p/investimentos	4.064.919	4.064.919	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em controladas	18.823.885	13.123.885	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	3.822.883	3.742.142	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(70.416)	(58.364)	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	45.212.042	35.486.055	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	163.356	244.929	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	163.356	244.929	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	457	457	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	11.169	11.073	-	-	-	-	-	-	-
Provisão IRPJ e CSLL	133.434	220.311	-	-	-	-	-	-	-
Salários e obrigações trabalhistas	18.295	13.088	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	6.722.161	6.722.161	-	-	-	-	-	-	-
Exigível a longo prazo:	6.722.161	6.722.161	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos socios e coligadas	5.455.494	5.455.494	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.266.667	1.266.667	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	38.326.525	28.518.965	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	6.690.000	90.000	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento p/ aumento de capital	2.421.000	2.421.000	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de capital	18.000	18.000	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	25.989.965	22.404.339	-	-	-	-	-	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	3.207.561	3.585.626	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	45.212.042	35.486.055	-	-	-	-	-	-	-

André Gonçalves Dias - Diretor Presidente

Zanata Henrique da Silva - CRC-1SP253529/O-7

Grupo Gonçalves Dias S.A.									
CNPJ nº 09.328.663/0001-04									
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Valores expressos em Reais)									
BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Ajuste Patrimonial	Lucro do Período	Total do Patrimônio Líquido	
Circulante	191.737.318	214.274.495	9.060.000	1.812.000	105.750.835	1.676.533	26.854.751	145.154.118	
Caixa e equivalentes de caixa	30.036.942	49.976.934	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	21.128.322	22.113.284	27.745.243	-	-	-	-	-	-
Estoques	117.024.229	106.580.741	-	-	724.086	(724.086)	-	-	-
Estoque em trânsito	18.002.544	34.503.053	-	-	-	246.189	-	-	-
Impostos a recuperar	1.823.110	546.838	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de fornecedores	309.804	354.853	-	-	-	-	-	-	-
Despesas antecipadas	3.412.365	198.791	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	6.679.290	30.400.218	-	-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas	100.000	22.780.641	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos judiciais	130.644	130.644	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	21.556.129	23.414.620	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação	(15.319.092)	(16.126.272)	-	-	-	-	-	-	-
Intangível	211.610	200.586	-	-	-	-	-	-	-
Total do ativo	198.416.608	244.674.713	-	-	-	-	-	-	-
Passivo	21.259.893	22.591.309	-	-	-	-	-	-	-
Circulante	21.259.893	22.591.309	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	11.938.193	3.927.942	-	-	-	-	-	-	-
Impostos e contribuições a recolher	3.264.440	12.867.135	-	-	-	-	-	-	-
Salários e obrigações trabalhistas	3.274.619	3.166.318	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimo com terceiros	1.914.796	1.914.796	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	865.845	715.119	-	-	-	-	-	-	-
Não circulante	5.963.092	6.348.313	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	5.730.833	5.730.833	-	-	-	-	-	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	232.259	617.479	-	-	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido	171.193.623	215.735.092	-	-	-	-	-	-	-
Capital social	36.805.243	36.805.243	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	1.812.000	1.812.000	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	110.258.577	133.329.671	-	-	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	21.866.947	42.589.541	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	450.856	1.198.636	-	-	-	-	-	-	-
Total do passivo	198.416.608	244.674.713	-	-	-	-	-	-	-

Fábio Gonçalves Dias - Diretor
Zanata Henrique da Silva - CRC-1SP253529/O-7

Fazenda Mocoim Participações S.A.

CNPJ nº 16.464.770/0001-25 - NIRE 35.30044317-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Abril de 2024

1. **Data, hora e local:** Aos 26 de abril de 2024, às 10 horas, na sede da Fazenda Mocoim Participações S.A., localizada na Fazenda Santa Cecília, sala B, caixa postal 38, situada no estado de São Paulo, município de São Joaquim da Barra, na Rodovia SP 345, km 96, Zona Rural, CEP 14.600-000 ("Companhia"). 2. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), em decorrência da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia e do usufrutuário das respectivas ações, conforme atestam as assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. **Mesa:** Plínio Torquato Junqueira ("Presidente") e Anna Cecília Boranga Junqueira ("Secretária"). 4. **Ordem do dia:** Deliberar acerca das seguintes matérias: (a) redução do capital social da Companhia; e (b) alteração da Cláusula 2.1 do estatuto social da Companhia em razão da redução do capital social, se aprovada. 5. **Deliberações:** A totalidade dos acionistas decidiu, à unanimidade e sem reservas: 5.1. Aprovar, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 720.001,00 (setecentos e vinte mil e um reais) por julgá-lo excessivo ao seu objeto social, mediante o cancelamento de 720.001 (setecentas e vinte mil e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo: (a) 720.000 (setecentas e vinte mil) ações subscritas e ainda não integralizadas pelos acionistas Plínio Torquato Junqueira e Anna Cecília Boranga Junqueira, sem qualquer restituição em moeda a ser paga pela Companhia em favor de ambos; e (b) 1 (uma) ação subscrita e integralizada pela acionista Anna Cecília Boranga Junqueira, mediante a restituição de capital pela Companhia, nesta data, em favor da acionista anteriormente mencionada. 5.1.1. Em vista da deliberação acima e após o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente ata, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, o capital social da Companhia, que anteriormente era de R\$ 2.802.826,00 (dois milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e vinte e seis reais), dividido em 2.802.826 (dois milhões, oitocentas e duas mil, oitocentas e vinte e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor, passará a ser de R\$ 2.082.825,00 (dois milhões, oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais), dividido em 2.082.825 (dois milhões, oitenta e duas mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.1.2. Fica outorgado aos credores da Companhia o prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente ata para oposição, nos termos do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Uma vez cumpridas as formalidades previstas no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, a Cláusula 2.1 do estatuto social da Companhia passará vigorar com a seguinte redação: "2.1. O capital social da Companhia é de R\$ 2.082.825,00 (dois milhões, oitenta e dois mil, oitocentos e vinte e cinco reais), dividido em 2.082.825 (dois milhões, oitenta e duas mil, oitocentas e vinte e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal." 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada pela unanimidade e assinada por todos os presentes. Mesa: Plínio Torquato Junqueira (Presidente) e Anna Cecília Boranga Junqueira (Secretária). Acionistas Presentes: Plínio Torquato Junqueira e Anna Cecília Boranga Junqueira. Usufrutuário: Plínio Torquato Junqueira. Mesa: Plínio Torquato Junqueira; Anna Cecília Boranga Junqueira. Acionistas: Plínio Torquato Junqueira; Anna Cecília Boranga Junqueira. Usufrutuário: Plínio Torquato Junqueira.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



SILT Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF em constituição

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima realizada em 27 de janeiro de 2023
Aos vinte e sete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, às 17:00 horas, na sede social em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Bom Pastor, 2732, salas 21/22, Ipiranga, CEP: 04203-003, reuniram-se em primeira convocação, os subscritores da totalidade das ações emitidas por SILT Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A. (a "Companhia"). Por indicação dos presentes, foi escolhido o Sr. Sérgio Donizeti Cicotti, para presidir os trabalhos, que convidou o Sr. Sérgio Nalon, para secretariá-lo. **Ordem do Dia:** (i) constituição da Companhia; (ii) aprovação do Estatuto Social da Companhia; (iii) fixação do capital social da Companhia; e (iv) eleição dos membros da Diretoria. **Deliberações:** (i) Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social da SILT Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A., já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido aos presentes. (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição (Anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, integralizadas neste ato em moeda corrente pela subscritora. (iii) Terminada a leitura do projeto do Estatuto Social, este foi aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, conforme (Anexo I) que faz parte integrante desta ata, esclarecendo o Sr. Presidente que tendo sido completadas todas as formalidades legais, estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações de capital fechado que terá a denominação social de SILT Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A., com sede em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Bom Pastor, 2732, salas 21/22, Ipiranga, CEP: 04203-003. (iv) A seguir, por unanimidade dos presentes, foram eleitos para ocuparem os cargos de Diretores da Companhia, (a) Sr. Sérgio Donizeti Cicotti, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Caravelas, 431, apto 11, Vila Mariana, CEP: 04012-060, portador C.I.R.G. nº 15.277.090 SSP/SP e CPF nº 056.779.678-74 e (b) Sr. Sérgio Nalon, brasileiro, engenheiro civil, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado em São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Domingos Lemes, 661, apto. 41, Vila Nova Conceição, CEP: 04510-040, portador C.I.R.G. nº 9.435.987 SSP/SP e CPF/MF nº 089.953.818-50, todos com mandato de 3 (três) anos, iniciando-se na presente data, podendo ser reeleitos, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Ficou estabelecido que o valor dos honorários ou pró-labore dos Diretores eleitos, se aprovados e/ou instituídos, serão fixados em Assembleia Geral a ser realizada oportunamente pela Companhia. **Declarações:** Os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no art. 147, § 1º da Lei 6.404/76, que não estão incurso em nenhum crime que os impeça de exercer atividade mercantil. Nada mais havendo a tratar, a sessão foi suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 27 de janeiro de 2023. Sérgio Donizeti Cicotti – Presidente da Mesa e Sérgio Nalon – Secretário. Confere com original anexada em livro próprio. Sérgio Donizeti Cicotti – Presidente da Mesa; Sérgio Nalon – Secretária. **Diretores Empoosados:** Sérgio Donizeti Cicotti; Sérgio Nalon. **Acionista: SILT Construções e Engenharia Ltda.** Sérgio Donizeti Cicotti; Sérgio Nalon. **Acionista: SILT Construções e Engenharia Ltda.** Sérgio Donizeti Cicotti; Sérgio Nalon. **Estatuto Social – Capítulo I – Denominação Social, Sede e Prazo de Duração: Art. 1º.** A SILT Administração e Empreendimentos Imobiliários S.A., é uma companhia constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado e que será regida pelo presente Estatuto e as disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A Companhia terá sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua Bom Pastor, 2732, salas 21/22, Ipiranga, CEP: 04203-003, podendo a critério da assembleia geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, e depósitos, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 3º.** A Companhia terá por objeto social a administração de bens próprios e a participação em outras sociedades na qualidade de sócio ou acionista. **§ Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações: Art. 5º.** O capital social totalmente subscrito e integralizado será inicialmente de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, conforme Boletim de Subscrição (Anexo II) que faz parte integrante deste instrumento. **Art. 6º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) titular para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do Parágrafo Único do artigo 28 da Lei nº 6.404/76. **Art. 7º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 8º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **Art. 9º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **§ Único.** As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III – Assembleias Gerais: Art. 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Todas e quaisquer deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por voto afirmativo de acionistas representado a maioria do capital social votante da Companhia, salvo nos casos em que a lei e o Estatuto Social estabelecerem quorum diferenciado para a deliberação. **Art. 11.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **§ 1º.** As Assembleias Gerais poderão ser convocadas pelos acionistas ou pela Diretoria, através de notificação pessoal a todos os acionistas, que deverá, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações pessoais serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada ou mensagem eletrônica (e-mail), com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência da realização da Assembleia. **§ 2º.** Não obstante as disposições do Parágrafo Primeiro acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia. **§ 3º.** As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer dos Acionistas presentes escolhidos por aclamação. Caberá ao Presidente da Assembleia indicar o Secretário. **Capítulo IV – Diretoria: Art. 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 (dois) Diretores, sem designação específica, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos. **Art. 13.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos. **Art. 14.** A investidura far-se-á em termo apropriado, com exceção dos Diretores já nomeados na constituição da Companhia, os quais tomarão posse na data de assinatura do presente instrumento. **Art. 15.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ Único.** Os documentos que importarem responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Sociedade, tais como,

mas não limitados, contratos em geral, emissão ou endosso de cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer outros títulos de créditos, confissões de dívidas, contratos de abertura de crédito e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela serão válidos: (a) se contar com a assinatura de pelo menos 1 (um) Diretor ou, (b) se contar com a assinatura de um procurador devidamente constituído pela Companhia. **Art. 16.** A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se for observada a regra de representação prevista na alínea "a)" do § Único do Artigo 15 do Estatuto Social. **§ Único:** As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas destinadas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado a até 1 (um) ano. **Art. 17.** A Companhia poderá ser representada isoladamente por seus Diretores nos casos de recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal, certificação digital bem como nos assuntos do cotidiano como, mas não se limitando a recebimento e envio de correspondências e outros que não impliquem em assunção de responsabilidades pela Companhia. **Art. 18.** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos como, mas não limitados a fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **§ Único.** Sempre que ocorrer violação ao disposto no caput deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos Diretores e/ou procuradores envolvidos. **Capítulo V – Conselho Fiscal: Art. 19.** A Companhia, a critério dos acionistas, poderá instituir um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por até 2 (dois) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos por Assembleia Geral e sua instalação far-se-á por deliberação desse órgão a pedido de acionistas, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados: Art. 20.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 21.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Sociedade, as demonstrações financeiras previstas em lei. **Art. 22.** A Diretoria ou a Assembleia poderão determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores podendo inclusive deliberar, em Assembleia, sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76. **§ Único.** A qualquer tempo, os Acionistas em Assembleia Geral também, poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado. **Art. 23.** A Assembleia também poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Art. 24.** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Art. 25.** Do resultado do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Art. 26.** Do lucro líquido do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto, apurado após os ajustes mencionados no Artigo 25, acima, poderão ser deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no art. 193, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, calculado na forma da lei; e c) o saldo que resultar terá o destino que lhe for dado pelos Acionistas em Assembleia Geral. **Art. 27.** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de até 60 (sessenta) dias da data em que for declarado. **Capítulo VII – Cessão de Ações e Direito de Preferência: Art. 28.** Nenhum dos Acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em Ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VII. **Art. 29.** Se qualquer dos Acionistas ("Acionista Ofertante") desejar alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, no todo ou em parte a terceiros, o Acionista Ofertante deverá, primeiro, ofertá-las aos outros Acionistas ("Acionistas Ofertados"), que terão o direito de preferência para adquiri-las. Essa oferta deverá ser efetivada através de uma notificação por escrito do Acionista Ofertante, a ser entregue aos Acionistas Ofertados, contendo o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas, outras condições da venda ou da transferência proposta ("Termos da Oferta"). **§ 1º.** Durante os 30 (trinta) dias seguintes ao recebimento da notificação referida no caput deste artigo, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante se exercerão ou não o seu direito de preferência para a aquisição das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, tais Ações deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da notificação do exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **§ 2º.** Se os Acionistas Ofertados deixarem de notificar o Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo Primeiro acima ou comunicar que não exercerão o seu direito de preferência ou se não adquiri-las no prazo de 10 (dez) dias conforme o Parágrafo Primeiro, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas a terceiros durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, desde que de cumprimento ao estabelecido no Artigo 31, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência exercido em relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **§ 3º.** Após o período de 60 (sessenta) dias referido no Parágrafo Segundo acima ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, deverá reiniciar o procedimento aqui estabelecido. **Art. 30.** As mesmas regras estabelecidas acima, aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos Acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários são os seguintes: (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelos Acionistas Ofertados, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelos Acionistas Ofertados; (c) 05 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. Será válida a subscrição de novas ações se todos os acionistas decidirem unanimemente sobre o direito ou não de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia para um terceiro ou para uma afiliada, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social. **Capítulo VIII – Disposições Gerais: Art. 32.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Art. 33.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social. **Art. 34.** Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, com as modificações das leis posteriores e demais legislações em vigor. São Paulo/SP, 27 de janeiro de 2023. Sérgio Donizeti Cicotti – Diretor; Sérgio Nalon – Diretor; Sérgio Donizeti Cicotti Junior – OAS/SP: 346.229. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.611.748 em 22/03/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Soares Penido Concessões S.A.

CNPJ/MF nº 10.291.050/0001-29

ERRATA – Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais em 31/12/2023 e 2022

Comunicamos que a publicação das Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 2022, publicada no jornal Data Mercantil no dia 25/04/2024 no formato digital e impresso, teve os seguintes quadro retificados conforme abaixo:

Demonstrações de Mutações do Patrimônio Líquido:	Reservas de Lucros				Reservas de Capital				Dividendo adicional acumulado	Lucros dos	Total
	Capital social	Legal	Retenção de lucros	Para equalização de dividendos e investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial	Transações com acionistas	Ágio em transações com capital proposto	Lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2021	655.000	99.133	403.027	104.417	116.159	(4.274)	6.147	50.669	-	- 1.430.278	
Constituição de reserva especial de dividendos	-	-	-	50.669	-	-	-	(50.669)	-	-	
Distribuição de dividendos através de reserva especial de dividendos	-	-	-	(59.574)	-	-	-	-	-	(59.574)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	428.305	428.305	
Outros resultados abrangentes - reflexo	-	-	-	-	(23.763)	-	-	-	-	(23.763)	
Transações com sócios - reflexo	-	-	-	-	-	-	13.056	-	-	13.056	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	21.415	-	-	-	-	-	-	-	(21.415)	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.722)	
Destaque de dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	305.168	-	(305.168)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	655.000	120.548	403.027	95.512	92.396	(4.274)	19.203	305.168	-	- 1.686.580	
Distribuição de dividendos adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	(305.168)	-	(305.168)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	173.786	173.786	
Outros resultados abrangentes - reflexo	-	-	-	-	(14.618)	-	-	-	-	(14.618)	
Transações com sócios - reflexo	-	-	-	-	-	-	16.769	-	-	16.769	
Reclassificação efeito equalização de dividendos e investimentos	-	-	(359.093)	359.093	-	-	-	-	-	-	
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	8.689	-	-	-	-	-	-	-	(8.689)	
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.274)	
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	110.126	-	-	-	-	-	-	(110.126)	
Dividendo adicional proposto - reflexo	-	-	-	-	-	-	-	13.697	-	(13.697)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	655.000	129.237	154.060	454.605	77.778	(4.274)	35.972	13.697	-	- 1.516.075	
Nota 7 – Movimentos de Saldos:											
Movimentação dos saldos					CCR S.A.					COR	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021					1.435.154					(162)	1.434.992
Resultado de equivalência patrimonial					431.034					(851)	430.183
Dividendos distribuídos					(86.624)					-	(86.624)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo					(23.763)					-	(23.763)
Outros					13.056					-	13.056
Saldos em 31 de dezembro de 2022					1.768.857					(1.013)	1.767.844
Resultado de equivalência patrimonial					177.815					(187)	177.628
Dividendos distribuídos					(40.154)					-	(40.154)
Ajustes de avaliação patrimonial – reflexo					(14.618)					-	(14.618)
Outros					(19.006)					677	(18.329)
Saldos em 31 de dezembro de 2023					1.872.894					(523)	1.872.371

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



A&M Next Investimentos S.A.

CNPJ nº 35.184.615/0001-08

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2023 (Valores em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
Descrição: ATIVO	Saldo Atual	Descrição: ATIVO	Saldo Atual
Ativo	8.833.102,03d	Velos	175.000,00d
Circulante	1.484.702,01d	Pompeo	50.000,00d
Disponível	10,00d	Quantis	300.000,00d
Caixa e bancos	10,00d	Inovação Inteligente	300.000,00d
Banco Itaú Unibanco	10,00d		
Aplicações financeiras	1.454.773,23d	Descrição: PASSIVO	
Aplic. financ. rend. prefixados	1.454.773,23d	Passivo	Saldo Atual
Aplic A&M CDB	1.149.265,05d	Circulante	428.708,54c
Aplic A&M Mais	305.508,18d	Fornecedores	1.566,91c
Realizável a curto prazo	29.918,78d	Fornecedores	1.566,91c
Adiantamentos	29.918,78d	Obrigações tributárias	2.059,45c
IRRF retido sobre aplicação	29.918,78d	Impostos e contribuições a recolher	2.059,45c
Ativo não-circulante	7.348.400,02d	Contribuição social a recolher	2.059,45c
Outros créditos	78.400,00d	Outras obrigações	425.082,18c
Conta corrente Grupo A&M	78.400,00d	Contas correntes	425.082,18c
A&M Consultoria Engenharia Ltda	78.400,00d	A&M Brasil Participações Ltda	130.942,92c
Investimentos	7.270.000,02d	A&M A&M Adm Judicial Ltda	162,83c
Outros investimentos	7.270.000,02d	A&M SPS Consultoria	293.976,43c
Investimentos em Startup	1.900.000,02d	Patrimônio líquido	8.404.393,49c
Cyko	200.000,00d	Patrimônio líquido	8.620.000,00c
Alvaro Fernandes	200.000,00d	Capital subscrito	8.620.001,00c
Network	1.000.000,00d	Capital social	8.620.001,00c
Mission Brasil	700.000,00d	(-) Capital a integralizar	1,00d
Cyan	300.000,00d	(-) Capital social a integralizar	1,00d
Ease Labs	600.000,00d	Reservas	560.000,00d
Insilcall	325.000,00d	(-) Ações/quotas em tesouraria	560.000,00d
Payface	250.000,00d	Lucros ou prejuízos acumulados	344.393,49c
Mikevo	150.000,00d	Lucros ou prejuízos acumulados	344.393,49c
Prognosis Desenvolvimento	500.000,00d	Lucros acumulados	344.393,49c
Booming	320.000,00d		

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
Descrição	Saldo Atual	Descrição	Saldo Atual
Receita líquida	-	Receitas financeiras	127.023,35
Lucro bruto	-	Juros de aplicações	127.023,35
Despesas operacionais	(6.179,77)	Resultado operacional	120.843,58
Despesas administrativas	(6.179,77)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	120.843,58
Taxas diversas	(206,68)	Provisões para IRPJ e CSLL	(29.002,44)
I.O.F.	(0,08)	Provisão de IRPJ e CSLL	(18.126,53)
Serviços prestados por terceiros	(3.064,00)	Provisão IRPJ	(10.875,91)
Juros de mora	(323,01)	Provisão CSLL	(91.841,14)
Tarifa bancária	(2.586,00)	Lucro líquido do exercício	91.841,14

Marcelo Luiz Maia Gomes - Diretor | Rafael Raposo Zatz - Reg./CRC-SP nº 1SP 26103404

Charneca Holding S.A.

CNPJ nº 05.778.920/0001-59

Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em Reais)

BALANÇOS PATRIMONIAIS					
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo	17.845.381,26	17.130.093,14	Passivo	17.845.381,26	17.130.093,14
Circulante	4.318.120,23	3.595.021,67	Circulante	167.559,45	132.893,27
Disponibilidades	4.249.813,26	3.526.877,08	Obrigações de curto prazo	167.559,45	132.893,27
Créditos	68.306,97	68.144,59	Patrimônio líquido	17.677.821,81	16.997.199,87
Não circulante	13.527.261,03	13.535.071,47	Capital realizado	15.636.882,00	15.636.882,00
Realizável a longo prazo	5.700,00	5.700,00	Reservas	2.040.939,81	1.360.317,87
Investimentos	13.459.073,91	13.459.073,91			
Imobilizado	62.487,12	70.297,56			

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, cujos valores do Ativo e Passivo mais Patrimônio Líquido importam em R\$ 17.845.381,26. Santana de Parnaíba, 31 de dezembro de 2023.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2023	2022	
Receitas brutas			
Receita de loc. de bens moveis e imóveis	4.071.510,88C	3.689.535,67C	
Total	4.071.510,88C	3.689.535,67C	
(-) Deduções			
(-) Cofins	122.145,33D	110.686,07D	
(-) Pis/pasep	26.464,84D	23.981,98D	
Total	148.610,17D	134.668,05D	
Receita líquida	3.922.900,71C	3.554.867,62C	
Lucro bruto	3.922.900,71C	3.554.867,62C	
(-) Despesas administrativas		2.510,00D	
Prestação de serviço pessoa jurídica		45.979,58D	
Disp. c/veic. e de conserv. de bens e inst.	48.691,61D	0,00D	
Propaganda, publicidade e patrocínio	2.977,50D	0,00D	
Total	51.669,11D	48.489,58D	
(-) Despesas financeiras			
Tarifas bancárias	1.403,26D	4.248,35D	
Juros e multas	11.244,60D	4.065,00D	
Total	12.647,86D	8.313,35D	
(-) Despesas gerais			
Demais imp., taxas e contr. exc. IRPJ e CSLL	118.579,50D	98.747,97D	
Assessoria jurídica	2.020,75D	12.000,00D	
Serviços contábeis	13.947,90D	9.609,80D	
Serviços administrativos	101.409,66D	119.142,60D	
Encargos de depreciação e amortização	7.810,44D	7.810,44D	
Água e esgoto	7.160,13D	10.680,58D	
Energia elétrica	350.568,01D	313.491,07D	
Condomínio	89.933,17D	58.675,56D	
Outras despesas operacionais	58.904,42D	61.706,65D	
Total	750.333,98D	691.864,67D	
(-) Outras despesas operacionais			
Seguros	2.754,88D	2.207,52D	
Comissões e corretagens	22.500,00D	0,00D	
Total	25.254,88D	2.207,52D	
(+) Receitas financeiras			
Rend. aplicações financeiras	160.011,29C	5.204,39C	
Total	160.011,29C	5.204,39C	
Lucro operacional	3.243.006,17C	2.809.196,89C	
Lucro líquido antes CSLL	3.243.006,17C	2.809.196,89C	
(-) CSLL: (-) CSLL	131.660,53D	182.387,76D	
Total	131.660,53D	182.387,76D	
Lucro líquido antes IRPJ	3.111.345,64C	2.626.809,13C	
(-) IRPJ: (-) Prov. p/ IRPJ	341.723,70D	228.422,17D	
Total	341.723,70D	228.422,17D	
Lucro	2.769.621,94C	2.398.386,96C	
Lucro líquido do período	2.769.621,94C	2.398.386,96C	

José Nunes Charneca - Diretor Presidente
Maria Senir Alves - CT-CRC nº 01SP105163/05

RA7 Assessoria e Consultoria Empresarial S.A.

Em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição realizada em 13 de abril de 2023

1. Data, Hora e Local da Assembleia: Realizada aos 13 (treze) dias de abril de 2023 (dois mil e vinte e três), às 09 horas, nas dependências da Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 936, 11º andar, conj. 112, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **2. Presença:** (i) **Carlos Alexandre Pereira de Almeida**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade - RG nº 28.311.661-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 163.387.548-28, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 936, 11º andar, conj. 112, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; (ii) **Renan Ghiraldello Silva**, brasileiro, solteiro, advogado, portadora da Cédula de Identidade - RG nº 45.902.430-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 360.402.618-03, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 936, 11º andar, conj. 112, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo; todos na qualidade de subscritores do capital social da empresa ora constituída, conforme conferência das assinaturas apostas na Lista de Presença e nos boletins de subscrição. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Carlos Alexandre Pereira de Almeida e secretariados pelo Sr. Renan Ghiraldello Silva. **4. Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante o disposto no §4º do artigo 124 da Lei 6.404/76. **5. Ordem do dia:** (i) Aprovar a constituição de uma sociedade anônima; (ii) Aprovar o Capital Social Inicial; (iii) Aprovar o Estatuto Social da Companhia; (iv) Eleger a Diretoria da Companhia; e (v) Deliberar acerca da remuneração dos Diretores da Companhia. **6. Deliberações:** Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições; **6.1** A constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **RA7 Assessoria e Consultoria Empresarial S.A.**, com Sede e Foro à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 936, 11º andar, conj. 112, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.2** O Capital Social da companhia inicial no montante de R\$ 100,00 (cem reais), em moeda corrente do país, dividido em 100 (cem) ações, sendo todas Ordinárias Nominativas e sem valor nominal, tendo sido integralizados R\$ 100,00 (cem reais) neste ato, em moeda corrente nacional, sendo R\$ 50,00 (cinquenta reais) integralizados pelo acionista, sr. Carlos Alexandre Pereira de Almeida e R\$ 50,00 (cinquenta reais) integralizados pelo acionista sr. Renan Ghiraldello Silva, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição que constituem o Anexo II da ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição; **6.3** A aprovação do Projeto do Estatuto Social da Companhia, refer-se segundo o Estatuto Social cuja redação consolidada passa a constituir o Anexo I da Ata a que se refere a presente Assembleia de Constituição; **6.4** A eleição dos membros da Diretoria da Companhia, com mandato até a realização da primeira Assembleia Geral Ordinária, passando a Companhia a ter os seguintes Diretores, sem designação específica: (a) **Carlos Alexandre Pereira de Almeida**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade - RG nº 28.311.661-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 163.387.548-28, com endereço comercial na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº. 936, 11º andar, conj. 112, Bairro Cidade Monções, CEP 04571-905, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **6.5** A sociedade tem por objetivos a prestação de serviços de assessoria empresarial, em especial aqueles combinados de escritório e de apoio administrativo. **Art. 4º** A critério da diretoria, a sociedade poderá instalar, manter ou extinguir filiais, agências, escritórios, depósitos e quaisquer estabelecimentos, necessários ao desempenho das atividades substanciais no objetivo social, em qualquer parte do território nacional ou no exterior, respeitadas as prescrições e exigências legais pertinentes. **Capítulo II. Do Capital. Art. 5º** O Capital Social é de R\$ 100,00 (cem reais) totalmente Subscrito e Integralizado em moeda corrente nacional, representado por 100 (cem) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro:** Cada Ação corresponde a um voto nas deliberações sociais, as ações representativas do capital social são indivisíveis, e, em relação à sociedade, são Ordinárias Nominativas. **Parágrafo Segundo:** As ações provenientes de aumento de capital serão distribuídas entre os acionistas, na forma da Lei, no prazo que for fixado pela Assembleia que deliberar sobre o aumento de capital. **Parágrafo Terceiro:** Mediante aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá adquirir as próprias ações para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, sem diminuição do capital social, para posteriormente aliená-las, observadas as normas legais e regulamentares em vigor. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Art. 6º** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, nos quatro primeiros meses seguintes após ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral será presidida por acionistas ou diretor eleito no ato, que convidará, dentre os diretores ou acionistas presentes, o secretário dos trabalhos. **Parágrafo Segundo:** As deliberações das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, ressalvadas as exceções previstas em lei e sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administração. Art. 7º** A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria composta por 02 (dois) a 05 (cinco) membros, todos com a designação de diretores, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, permitida a reeleição. Vencido o mandato, os diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a posse dos novos diretores eleitos. **Parágrafo Primeiro:** Os diretores ficam dispensados de prestar caução e seus horários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo:** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no livro próprio. **Art. 8º** No caso de impedimento ocasional de um diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Art. 9º** A Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais, ou municipais; exercer os poderes normais de gerência, assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de créditos; emitir e endossar cheque; abrir, operar encerrar contas bancárias; contratar empréstimos, concedendo garantias, adquirir, vender, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis. **Art. 10º** A representação da Companhia em juízo ou fora dele, assim como a prática de todas as atos referidos no artigo nono competem a qualquer diretor, agindo isoladamente, ou a um ou mais procuradores, na forma indicada nos respectivos instrumentos de mandato. A nomeação de procurador(res) dar-se-á pela assinatura de qualquer diretor, devendo os instrumentos de mandato especificarem os poderes conferidos aos mandatários e serem outorgados com prazo de validade não superior a 12 (doze) meses, exceto em relação às procurações "ad judicia", as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado. **Parágrafo Único:** Dependendo de aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Art. 11º** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto no mínimo 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. **Parágrafo Único:** Compete à Diretoria superintender o andamento dos negócios da Companhia, praticando os atos necessários ao seu regular funcionamento. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 12º** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente que, quando instalado, deverá ser composto por 03 (três) membros e no máximo, 05 (cinco) membros em caráter não-permanente, e igual número de suplentes, acionistas ou não, sendo que este somente se instalará a requerimento de acionistas, na forma do disposto no art. 161 da Lei nº 6.404, sendo que a competência do Conselho Fiscal é prevista no art. 163 do mesmo diploma. **Art. 13º** Caso seja solicitado seu funcionamento, assumem os eleitos, e, para investidura no cargo, será necessário que cada um prove os requisitos legais. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação. **Art. 14º** O exercício social da Companhia coincide com o ano civil, encerrando-se em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano. Quando do encerramento do exercício social, a Companhia preparará um balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas por Lei. **Art. 15º** Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação da Diretoria, depois de ouvido o conselho fiscal, quando em funcionamento, e depois de feitas as deduções determinadas em Lei. **Art. 16º** Mediante decisão de acionistas representando a maioria do capital social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores. **Art. 17º** A Companhia distribuirá, como dividendo obrigatório em cada exercício social, o percentual mínimo de 2% (dois por cento). Os acionistas poderão, no entanto, deliberar de forma unânime, em Assembleia Geral, pela distribuição de um percentual maior. **Art. 18º** A companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, com o quórum de acionistas representando a maioria do capital social, a qual determinará a forma de sua liquidação, elegerá os liquidantes e fixará a sua remuneração. **Art. 19º** Qualquer ação entre os acionistas ou deles contra a Companhia, baseada neste Estatuto Social, será proposta no foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo. São Paulo, 13 de abril de 2023.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 26/04/2024



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

